

COMPANHIA DE SANEMANTO AMBIENTAL DO  
DISTRITO FEDERAL - CAESB

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

## COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2021

### Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Conselheiros e aos Administradores da  
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB  
Brasília - DF

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB ("Companhia" ou "CAESB") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 28 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 DF 002567/F

Fabiano de Oliveira Barbosa  
Contador CRC 1 015827/O-3 - DF

## Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

| Ativo  | Nota | 2021             | 2020             |
|--|------|------------------|------------------|
| Caixa e equivalentes de caixa                    | 7    | 397.776          | 288.447          |
| Contas a receber de clientes                     | 8    | 383.689          | 391.591          |
| Estoque  | 9    | 37.475           | 29.493           |
| Tributos a recuperar                             | 10   | 121.130          | 137.244          |
| Despesas antecipadas                             |      | 524              | 546              |
| Outras contas a receber                          | 11   | 21.608           | 20.709           |
| Total do ativo circulante                        |      | 962.202          | 868.030          |
| Contas a receber de clientes                     | 8    | 49.135           | 28.725           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 13   | 70.711           | 61.377           |
| Despesas antecipadas                             |      | -                | 86               |
| Partes relacionadas                              | 33   | 12.107           | 58.195           |
| Ativos financeiro - Concessões                   | 15   | 1.344.428        | 1.255.577        |
| Ativos de Contratos                              | 14   | 557.725          | 604.990          |
| Outros valores a receber                         | 12   | 22.540           | 25.095           |
| Total do realizável a longo prazo                |      | 2.056.646        | 2.034.045        |
| Investimentos                                    | 16   | 25.340           | 23.276           |
| Intangível                                       | 18   | 659.754          | 607.104          |
| Imobilizado                                      | 17   | 422.576          | 414.669          |
| Total do ativo não circulante                    |      | 3.164.316        | 3.079.094        |
| <b>Total do ativo</b>                            |      | <b>4.126.518</b> | <b>3.947.124</b> |

## Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| Passivo  | Nota | 2021             | 2020             |
|--|------|------------------|------------------|
| Fornecedores e outras contas a pagar                 | 19   | 213.347          | 185.134          |
| Obrigações fiscais                                   | 21   | 34.060           | 43.340           |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias            | 22   | 82.852           | 74.205           |
| Empréstimos e financiamentos                         | 20   | 188.726          | 197.505          |
| Arrendamento mercantil                               | 20   | 9.500            | 8.494            |
| Partes relacionadas                                  | 33   | 7.019            | 9.776            |
| Benefícios a empregados                              | 23   | 202.858          | 117.990          |
| <b>Total do passivo circulante</b>                   |      | <b>738.362</b>   | <b>636.444</b>   |
| Fornecedores e outras contas a pagar                 | 19   | 164.478          | 181.349          |
| Empréstimos e financiamentos                         | 20   | 827.105          | 829.823          |
| Arrendamento mercantil                               | 20   | 13.027           | 4.566            |
| Partes relacionadas                                  | 33   | 5.518            | 1.200            |
| Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas | 24   | 236.695          | 246.136          |
| Benefícios a empregados                              | 23   | 500.026          | 470.552          |
| <b>Total do passivo não circulante</b>               |      | <b>1.746.849</b> | <b>1.733.626</b> |
| <b>Total do passivo</b>                              |      | <b>2.485.211</b> | <b>2.370.070</b> |
| Capital social                                       | 25   | 1.537.315        | 1.537.315        |
| Reserva de Lucro                                     | 25   | 173.973          | 72.487           |
| Adiantamento para futuro aumento de capital          | 25   | 19.512           | 17.300           |
| Ajuste de avaliação patrimonial                      | 25   | (89.493)         | (50.048)         |
| <b>Total do patrimônio líquido</b>                   |      | <b>1.641.307</b> | <b>1.577.054</b> |
| <b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>      |      | <b>4.126.518</b> | <b>3.947.124</b> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

|  | Nota | 2021           | 2020            |
|--|------|----------------|-----------------|
| Receita Operacional Líquida                          | 26   | 1.862.893      | 1.908.370       |
| Custo dos serviços prestados                         | 27   | (1.131.208)    | (1.098.591)     |
| <b>Lucro bruto</b>                                   |      | <b>731.685</b> | <b>809.779</b>  |
| Despesas comerciais e de vendas                      | 28   | (197.032)      | (248.666)       |
| Despesas administrativas e gerais                    | 29   | (286.859)      | (286.678)       |
| Despesas tributárias                                 | 30   | (14.660)       | (13.410)        |
| Outras Receitas/Despesas operacionais                | 31   | (99.008)       | 75.569          |
| Participação no resultado de coligadas e controladas |      | 2.063          | 3.577           |
| <b>Resultado Operacional</b>                         |      | <b>136.189</b> | <b>340.171</b>  |
| Receita Financeira                                   | 32   | 131.798        | 125.604         |
| Despesa Financeira                                   | 32   | (125.199)      | (247.783)       |
| Resultado Financeiro                                 |      | 6.599          | (122.179)       |
| <b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>    |      | <b>142.788</b> | <b>217.992</b>  |
| Contribuição social – corrente                       | 13   | (15.124)       | (22.055)        |
| Contribuição social – diferida                       | 13   | 5.432          | 3.209           |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>        |      | <b>(9.692)</b> | <b>(18.846)</b> |
| <b>Resultado do exercício</b>                        |      | <b>133.096</b> | <b>199.146</b>  |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras



## Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais)*

|  | Notas | 2021                 | 2020                  |
|--|-------|----------------------|-----------------------|
| <b>Resultado do exercício</b>                                    |       | <b>133.096</b>       | <b>199.146</b>        |
| Outros Resultados Abrangentes                                    |       | (39.445)             | (5.946)               |
| Ganhos/Perdas em remensurações de investimentos                  |       | -                    | -                     |
| Ganhos/Perdas em remensurações de planos de benefícios definidos |       | (43.347)             | (6.610)               |
| Efeitos fiscais em planos de benefícios definidos                |       | 3.902                | 664                   |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b>                         |       | <b><u>93.651</u></b> | <b><u>193.200</u></b> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Valores expressos em milhares de reais)*

|   | Notas | Capital social<br>integralizado | Adiantamento<br>para futuro<br>aumento de<br>capital | Reserva de lucros      |                  | Lucros<br>(prejuízos)<br>acumulados | Ajuste de<br>avaliação<br>patrimonial | Total do<br>patrimônio<br>líquido |
|---|-------|---------------------------------|--|------------------------|------------------|-------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------|
|   |       |                                 |  | Reserva<br>estatutária | Reserva<br>legal |                                     |                                       |                                   |
| Saldo em 1º de janeiro de 2019              |       | 1.437.924                       | 115.064  | -                      | -                | (102.449)                           | (45.734)                              | 1.404.805                         |
| Resultado do exercício                      |       | -                               | -  | -                      | -                | 199.146                             | -                                     | 199.146                           |
| Destinação do resultado:                    |       |                                 |  |                        |                  |                                     |                                       |                                   |
| Constituição de reserva estatutária         | 25.3  | -                               | -  | 67.734                 | -                | (67.734)                            | -                                     | -                                 |
| Constituição de reserva legal               | 25.2  | -                               | -  | -                      | 4.753            | (4.753)                             | -                                     | -                                 |
| Dividendos Obrigatórios                     | 25.6  | -                               | -  | -                      | -                | (22.578)                            | -                                     | (22.578)                          |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 25.5  | -                               | 1.627  | -                      | -                | -                                   | -                                     | 1.627                             |
| Aumento de capital em 02/10/2020            | 25.1  | 99.391                          | (99.391)   | -                      | -                | -                                   | -                                     | -                                 |
| Ajuste de avaliação patrimonial             | 25.4  | -                               | -  | -                      | -                | (1.632)                             | (4.314)                               | (5.946)                           |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020             |       | 1.537.315                       | 17.300   | 67.734                 | 4.753            | -                                   | (50.048)                              | 1.577.054                         |
| Resultado do exercício                      |       | -                               | -  | -                      | -                | 133.096                             | -                                     | 133.096                           |
| Destinação do resultado:                    |       |                                 |  |                        |                  |                                     |                                       |                                   |
| Constituição de reserva estatutária         | 25.3  | -                               | -  | 94.831                 | -                | (94.831)                            | -                                     | -                                 |
| Constituição de reserva legal               | 25.2  | -                               | -  | -                      | 6.655            | (6.655)                             | -                                     | -                                 |
| Dividendos Obrigatórios                     | 25.6  | -                               | -  | -                      | -                | (31.610)                            | -                                     | (31.610)                          |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 25.5  | -                               | 2.212  | -                      | -                | -                                   | -                                     | 2.212                             |
| Ajuste de avaliação patrimonial             | 25.4  | -                               | -  | -                      | -                | -                                   | (39.445)                              | (39.445)                          |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021             |       | 1.537.315                       | 19.512   | 162.565                | 11.408           | -                                   | (89.493)                              | 1.641.307                         |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

# Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

|   | Nota | 2021            | 2020             |
|---|------|-----------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais  |      |                 |                  |
| Resultado líquido do exercício  |      | <b>133.096</b>  | <b>199.146</b>   |
| Ajuste por:   |      |                 |                  |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - contas a receber de clientes    |      | 84.473          | 150.825          |
| Variações monetárias sobre contas a receber   |      | (27.193)        | (14.036)         |
| Perdas de créditos prescritos   |      | 3.850           | 3.283            |
| Provisão de atualização Programa de Desligamento Voluntário                           |      | 201.571         | 5.858            |
| Provisão Concessão de Serviços  |      | (224)           | 651              |
| Resultado da equivalência patrimonial   |      | (2.063)         | (3.577)          |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                                      |      | (5.432)         | (3.209)          |
| Depreciações e amortizações   |      | 84.383          | 61.506           |
| Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis                               |      | 969             | 14               |
| Ajuste a valor presente de ativos imobilizados e intangíveis                          |      | 833             | 96               |
| Juros e variações monetárias sobre empreiteiros, fornecedores e outras contas a pagar |      | 2.696           | 802              |
| Juros sobre obrigações fiscais  |      | 47              | 59               |
| Juros e variações monetárias sobre benefícios a empregados                            |      | 25.471          | 17.056           |
| Provisão de demandas judiciais  |      | (9.441)         | (44.497)         |
| Provisão de Benefícios Previdenciários  |      | (87.634)        | 4.392            |
| Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos                                   |      | 22.606          | 33.619           |
| Variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos                    |      | 56.936          | 169.534          |
| Resultado ajustado  |      | <b>484.944</b>  | <b>581.522</b>   |
| Variações em:   |      |                 |                  |
| Contas a receber de clientes  | 8    | (70.479)        | (130.390)        |
| Estoques  | 9    | (7.982)         | 2.404            |
| Tributos a recuperar  | 10   | 16.114          | (90.677)         |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos                                      | 13   | (3.901)         | (665)            |
| Outras contas a receber   | 11   | (9.250)         | (3.140)          |
| Despesas antecipadas  |      | 108             | 244              |
| Outros valores a receber  | 12   | 53.834          | 14.406           |
| Fornecedores e outras contas a pagar  | 19   | 10.431          | 920              |
| Obrigações fiscais  | 21   | (9.327)         | 5.863            |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias   | 22   | 8.647           | 4.883            |
| Benefícios a empregados   | 23   | (64.511)        | (69.089)         |
| Total das variações de ativos e passivos  |      | <b>(76.316)</b> | <b>(265.241)</b> |

## Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Continuação

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

|   | Nota | 2021                    | 2020                    |
|---|------|-------------------------|-------------------------|
| Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais            |      | 408.628                 | 316.281                 |
| Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos                | 20   | <u>(22.786)</u>         | <u>(32.103)</u>         |
| <b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b> |      | <b><u>385.842</u></b>   | <b><u>284.178</u></b>   |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>                 |      |                         |                         |
| Aquisições de intangíveis   | 18   | (203.819)               | 384.600                 |
| Ativos de Contrato  | 14   | 46.404                  | (604.990)               |
| Aquisições de imobilizado   | 17   | <u>(30.913)</u>         | <u>(15.791)</u>         |
| <b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos</b>     |      | <b><u>(188.328)</u></b> | <b><u>(236.181)</u></b> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                 |      |                         |                         |
| Captações de empréstimos e financiamentos                             | 20   | 62.123                  | 103.692                 |
| Amortização de empréstimos e financiamentos                           | 20   | (120.910)               | (153.569)               |
| Dividendos obrigatórios   | 25.6 | (31.610)                | (22.578)                |
| Adiantamento para futuro aumento de capital                           | 25.5 | <u>2.212</u>            | <u>1.627</u>            |
| <b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>        |      | <b><u>(88.185)</u></b>  | <b><u>(70.828)</u></b>  |
| <b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>             |      | <b><u>109.329</u></b>   | <b><u>(22.831)</u></b>  |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa                        | 7    | 288.447                 | 311.278                 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa                          | 7    | <u>397.776</u>          | <u>288.447</u>          |
| <b>Resultado do exercício</b>   |      | <b><u>109.329</u></b>   | <b><u>(22.831)</u></b>  |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, denominada “CAESB” ou “Companhia”, criada em 8 de abril de 1969, é uma sociedade de economia mista, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, controlada pelo Governo do Distrito Federal, denominado GDF, e tem como objeto social atividades de saneamento, podendo também atuar em outros países e prestar serviços na área de resíduos sólidos.

A partir de 2006, a CAESB passou a ser regulada por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Saneamento nº 001/2006, celebrado entre a Companhia e a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, denominada ADASA. Esse contrato, com vigência até 21 de maio de 2032, regula a exploração do serviço público de saneamento básico, serviço este constituído pelo abastecimento de água e pelo esgotamento sanitário objeto da concessão de que é titular a Companhia.

Com a assinatura do Contrato de Concessão e com edição da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Política Nacional de Meio Ambiente e da Lei do Saneamento, houve uma segregação das funções de prestação dos serviços públicos e de gestão dos recursos hídricos, passando esta última competência para a ADASA. Assim, a CAESB passou a ser apenas prestadora dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e principal usuária dos recursos hídricos do DF.

### **2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o Manual de Contabilidade Regulatório da ADASA, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Assim, a Companhia optou por apresentar apenas uma versão das demonstrações financeiras, já que a mesma atende às duas finalidades (regulatório e societário).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Administração, representada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 28 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### **2.2 Continuidade Operacional**

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

## **2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Base de Mensuração e Apresentação**

As demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo.
- O passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido, e é limitado conforme explicado na Nota Explicativa nº 4.13.

## **2.5 Impactos da Covid-19**

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) anunciou uma emergência de saúde global devido a um novo surto de Coronavírus originário de Wuhan, China (o “surto de COVID-19”) e os riscos para a comunidade internacional, considerando a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia, com base no rápido aumento da exposição global.

Nesse contexto, a CAESB adotou e vem adotando diversas medidas de prevenção, de forma a assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população atendida, pois os serviços prestados pela Companhia se tornam ainda mais essenciais à sociedade no contexto desta pandemia da COVID-19. Cabe destacar que a interrupção do abastecimento hídrico por parte de uma empresa de saneamento básico pode comprometer o atendimento das recomendações feitas pela OMS para que todos mantenham bons hábitos de higiene, tal como a lavagem das mãos de forma correta e com mais frequência.

A Companhia, considerando o caráter essencial dos seus serviços para a população, e ainda, atendendo aos atos normativos do Governo do Distrito Federal, instituiu algumas medidas para combate à pandemia do coronavírus, dentre elas: o teletrabalho para empregados e colaboradores com comorbidades ou do grupo de risco, suspensão das visitas às unidades operacionais, suspensão também de todas as obras ou serviços de manutenção que causem interrupção no abastecimento de água por mais de 6 horas, suspensão de todas as viagens nacionais e internacionais à serviço e aperfeiçoamento do atendimento virtual com ampliação dos serviços atendidos.

Entre os reflexos econômicos e financeiros da pandemia da COVID-19 destacam-se: (i) alta volatilidade cambial e aumento nos custos das novas captações; (ii) aumento da inadimplência e na expectativa de aumento nas perdas futuras, por conta da queda na arrecadação, que impactou negativamente as perdas estimadas.

A expectativa da Administração da Companhia é de que as ações concretizadas frente aos impactos mencionados, somadas ao aumento da segurança hídrica devido às obras realizadas, serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer a continuidade operacional e financeira da Companhia.

## **2.6 Novo Marco Legal do Saneamento**

Em 15/07/2020 foi publicada a Lei Federal nº 14.026/2020, conhecida como Novo Marco Legal para o Saneamento Básico. A nova lei amplia a concorrência no setor ao introduzir como um dos objetivos da Política Federal de Saneamento Básico a promoção da regionalização dos serviços, com vistas à geração de ganhos de escala, por meio do apoio à formação dos blocos de referência e à obtenção da sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços.

Dessa forma, o Governo Federal publicou o Decreto nº 10.588, de 24 /12/2020, o qual dispõe sobre o apoio técnico e financeiro para os prestadores de serviços, estabelecendo como condição para acesso de recursos públicos federais e financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União, a adesão pelos titulares dos serviços públicos de saneamento básico à estrutura de governança correspondente, nos casos de unidade regional de saneamento básico, blocos de referência e gestão associada.

Adicionalmente, o Novo Marco Legal impõe metas de atendimento de 99% da população atendida com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, incentivando as operadoras a atuarem com maior eficiência. A nova Lei ainda atribuiu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para editar normas de referência para regulação dos serviços de saneamento, com o objetivo de padronizar a atuação das agências reguladoras e minimizar as incertezas regulatórias, criando, desta forma, um ambiente mais estável e atrativo para investimentos no setor.

Por fim, tendo em vista que o Artigo 10-B da Lei nº 14.026/2020, estabelece que os contratos em vigor, incluídos aditivos e renovações, bem como aqueles provenientes de licitação para prestação ou concessão dos serviços públicos de saneamento básico, estão condicionados à comprovação da capacidade econômico-financeira, com vistas a viabilizar a universalização dos serviços na área licitada até dezembro de 2033, o MDR publicou o Decreto nº 10.710/2021, de 31 de maio de 2021, que estabelece a metodologia para a referida comprovação. Não obstante, o Artigo 1º, § 3º, estabelece que não se submete ao disposto no referido Decreto a prestação direta de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário pelo município ou pelo Distrito Federal titular do serviço, ainda que por intermédio de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista por ele controladas, como é o caso da Caesb.

Com base neste contexto a Companhia está se adequando as novas exigências legais, contudo considera importante destacar que: i) possui contratos que já contemplam metas que atendem ou mesmo antecipam àquelas estabelecidas pelo Novo Marco Legal; ii) goza de acesso a capitais públicos e ao mercado de capitais privado, devido à sólida reputação, favorecendo a manutenção e/ou ampliação de sua base operada e o atingimento da universalização dos serviços no prazo estabelecido pela nova lei; e iii) conta com elevado nível de governança, sempre em aperfeiçoamento.

## **3 Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis e julgamentos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 são consistentes com aqueles utilizados para preparar as demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

## 4 Sumário das práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente com o exercício anterior:

### 4.1 Receita operacional

#### a. *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondentes à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes/receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

#### b. *Outros serviços indiretos de água e esgoto*

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações, remanejamentos e reparos de hidrômetros e ainda de ligação e religação de água, e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

#### c. *Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa*

A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, considerando os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns.

### 4.2 Instrumentos financeiros

#### a. *Ativos financeiros - Instrumentos financeiros não derivativos*

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



**(i) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

***Custo amortizado***

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os instrumentos financeiros foram mensurados ao valor justo com reconhecimento do resultado.

**(ii) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos financeiros da Companhia foram classificados como custo amortizado.

**4.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias. Esses recursos possuem risco insignificante de mudança de valor e são utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo.

**4.4 Estoques**

Os estoques de materiais para consumo e os necessários à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos, são mensurados pelo custo médio ponderado e classificados no ativo circulante. O custo inclui todos os gastos de aquisição e outros, incorridos para colocar os materiais em seu local final de armazenamento e em condição de consumo.

#### **4.5 Investimentos societários**

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa. Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio. No segmento de exploração e produção, algumas atividades são conduzidas por operações em conjunto.

Nas demonstrações financeiras, apenas as operações em conjunto constituídas por meio de entidade com personalidade jurídica própria são avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), deduzido das perdas estimadas em decorrência de descontinuidade do negócio, caso existam. Para as demais operações em conjunto, a Companhia reconhece seus ativos, passivos e as respectivas receitas e despesas nestas operações.

#### **4.6 Negócios em conjunto**

A Companhia utiliza o método de consolidação proporcional para reconhecimento dos direitos e obrigações referentes aos negócios em conjunto, em razão do compartilhamento do controle pelas consorciadas. Dessa forma, a Companhia registra sua participação proporcional equivalente a 50% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas do Consórcio de Águas Lindas e do Consórcio Corumbá, conforme definição de operações em conjunto, estabelecida no Pronunciamento Técnico CPC19 (R2).

#### **4.7 Arrendamento Mercantil**

Os arrendamentos mercantis de imobilizado e intangível, nos quais a Companhia fica substancialmente com os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como ativos de diretos de uso e em contrapartida os passivos correspondentes. Os arrendamentos são registrados, no seu início, um ativo (imobilizado ou intangível) e um passivo de financiamento (arrendamento) ajustados a valor presente.

#### **4.8 Imobilizado**

Os bens registrados no imobilizado são os que não possuem vinculação com a concessão de serviço público, sendo compostos pelos bens de uso geral da Companhia. Esses bens estão apresentados pelo custo histórico de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos da respectiva depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. O valor contábil dos bens é baixado antes do final da vida útil quando estes são leiloados, ressarcidos pelos gestores por motivo de extravio e ressarcidos pela seguradora por motivo de roubo. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição e/ou construção até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinadas para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

A depreciação do ativo imobilizado é realizada pelas taxas de vida úteis econômicas que foram calculadas por empresa especializada contratada para tal finalidade, as quais são revisadas anualmente por comissão interna, sendo que a última revisão foi efetuada em 31 de dezembro de 2021. Os terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas e despesas líquidas.

Atualmente, são utilizadas as seguintes taxas de depreciação:

| <b>Natureza</b>  | <b>Taxa média de depreciação ao ano</b> |
|--|---|
| Computador, periféricos e outros componentes eletrônicos; equipamento de transporte  | 20,00%                                  |
| Equipamento de assistência médica; equipamento de laboratório; equipamento de segurança; equipamentos e implementos agrícolas; equipamento eletromecânico; equipamento de tratamento; ferramenta e ferramental; instrumento de medição e precisão; material cinematográfico; equipamento de automação e telemetria | 10,00%                                  |
| Aparelho de som, áudio e comunicação; aparelho utensílio doméstico e refrigeração; biblioteca e mapoteca; equipamento de desenho; móveis e utensílios de escritório  | 8,33%                                   |
| Equipamento de oficina; máquinas, tratores e similares   | 6,67%                                   |
| Equipamento de armazenamento de gases; equipamento para armazenamento de líquidos  | 5,00%                                   |
| Edificação   | 1,67%                                   |
| Terreno  | -                                       |

#### **4.9 Intangível**

O intangível é representado pelos ativos vinculados à concessão, os quais são divididos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os valores desses ativos são representados pelo custo histórico de aquisição e/ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, incluindo os juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da respectiva amortização acumulada. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando da sua disponibilização para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia e é cessada quando esses ativos tiverem sido totalmente consumidos ou baixados. A amortização dos bens que compõem o ativo intangível foi realizada pelas taxas de vida úteis econômicas calculadas por empresa especializada contratada para tal finalidade, as quais são revistas anualmente por comissão interna, sendo que a última revisão foi efetuada em 31 de dezembro de 2021.

A Lei nº 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente.

Conforme previsão da instrução e pronunciamento ICPC 01 e do CPC 20 (R1), os juros, atualizações monetárias e variações cambiais relacionados a financiamentos utilizados para custear obras relacionadas ao sistema de água e esgoto são diretamente atribuídos ao custo destes, enquanto as obras estiverem em andamento. Essa capitalização é amortizada pelo mesmo prazo de vida útil determinado para o intangível ao qual foi incorporado.

Atualmente, são utilizadas as seguintes taxas de amortização:

| Natureza  | Taxa média de amortização ao ano |
|---|----------------------------------|
| Hidrômetro; instalação; equipamento de automação e telemetria | 10,00%                           |
| Equipamentos; poço; instalações elétricas                     | 5,00%                            |
| Lagoa; ligação predial; tomada de água; tubulações em geral   | 2,00%                            |
| Construção civil; barragem                                    | 1,67%                            |

#### ***Licenças de uso de software***

As licenças de uso de *software* são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil, e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

#### **4.10 Ativo financeiro – Concessão**

O Ativo financeiro é composto pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato e que deverão ser indenizados pelo poder concedente ao término do contrato de concessão. Esses investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

#### **4.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos**

##### ***Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência de perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

##### ***Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou a Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável. A Companhia adota como UGC os sistemas de água e esgoto.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (“Unidade Geradora de Caixa” ou “UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas de forma *pro rata*.

#### **4.12 Provisões para demandas judiciais**

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente discutida em juízo, como resultado de eventos passados, possuindo uma possibilidade provável de saída de recursos para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável, conforme critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

#### **4.13 Benefícios a empregados**

##### **a. Plano de previdência privada**

##### **(i) Planos de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

##### **(ii) Planos de benefício definido**

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e as perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes.

A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

As obrigações por benefícios definidos foram calculadas por atuário independente, contratado por meio de licitação, utilizando o método de crédito unitário projetado que observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada plano separadamente para constituir a obrigação final. As obrigações previdenciárias líquidas, relacionadas aos planos I e II, estão representadas pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, conforme Nota Explicativa nº 25.

***b. Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Correspondem aos salários a pagar e às obrigações e provisões de férias e licença prêmio, conforme Nota Explicativa nº 25.

***c. Participação nos resultados***

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado de acordo com o regime de competência, sendo essa obrigação advinda de Acordo Coletivo de Trabalho. A PPR considera a distribuição de 30% de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,0 (uma) folha de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira. A distribuição é feita de forma proporcional ao atendimento de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados de empregados, no resultado. O valor da PPR apurado é distribuído de forma linear para todos os beneficiários em parcela única, em abril do exercício seguinte ao de referência do Programa, conforme nota explicativa 25.

***d. Programa de Demissão Voluntária***

Os benefícios de término de vínculo empregatício foram reconhecidos como despesa quando a Companhia estava efetivamente comprometida mediante acordo firmado e homologado para rescindir o vínculo empregatício antes da data de aposentadoria normal, mediante a oferta de benefícios visando a estimular a demissão voluntária.

O valor acordado é atualizado anualmente no mês de maio pela variação do INPC acumulado dos últimos 12 meses, publicada pelo IBGE, exceto se a adesão ao programa ocorrer em prazo inferior a 12 meses, não sendo permitida a aplicação de eventuais índices negativos. O saldo devedor também sofre alteração quando do aumento do valor patronal do plano de saúde.

#### **4.14 Gastos ambientais**

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência de fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

#### **4.15 Capital social**

O capital social é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os repasses realizados pelos acionistas vinculados a projetos de investimentos são classificados como adiantamento para futuro aumento de capital, pois não possuem natureza devolutiva e, após a aprovação pelos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária, passam a integrar o capital social.

#### **4.16 Imposto de renda e contribuição social**

Em razão do trânsito em julgado de mérito que reconheceu a imunidade tributária, a Companhia não efetua mais apuração de Imposto de Renda, mantendo-se apenas a apuração da Contribuição Social sobre o Lucro, à alíquota de 9%.

O cálculo é realizado com base na legislação fiscal vigente à época da apuração. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações da contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às Autoridades Fiscais.

A contribuição social corrente é apresentada líquida no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.



#### **4.17 Tributos sobre receitas**

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência dos seguintes tributos e respectivas alíquotas, conforme apresentado:

| <b>Tributos</b>  | <b>Alíquotas</b> |
|--|------------------|
| PIS/PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público | 0,65%            |
| COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social    | 3,0%             |

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

A demonstração do resultado é apresentada líquida dessas deduções. Esses tributos são apresentados como deduções da receita pelos seus valores brutos.

#### **4.18 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são representadas, principalmente, por juros, atualizações monetárias e ganhos cambiais, resultantes de aplicação financeira, contas a receber e valores depositados em juízo.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e perdas cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos e parcelamento de obrigações. O registro é feito por meio do método de taxa efetiva de juros.

#### **4.19 Moedas e conversão em moeda estrangeira**

As operações realizadas em uma moeda diferente da moeda do ambiente econômico em que opera são inicialmente registradas em moeda funcional, à taxa de câmbio na data da transação. Passivos em moeda estrangeira são convertidos à taxa cambial em vigor à data do balanço patrimonial e todas as diferenças cambiais no decorrer do exercício são registradas na demonstração do resultado como variação cambial, salvo as referentes a financiamentos vinculados às obras em andamento, as quais são incorporadas aos valores desses ativos.

### **5 Gestão de riscos e instrumentos financeiros**

#### **5.1 Gestão de Risco Financeiro**

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

##### **a. Risco de negócio**

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no Distrito Federal e no município de Águas Lindas de Goiás. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera e os contratos têm seu prazo de validade definido em média de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá rescindir o contrato antes do seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora.



***b. Risco de crédito***

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros.

A Companhia tem esses riscos minimizados em decorrência da pulverização de seus clientes e da diversificação de seus agentes arrecadadores, sendo esses últimos avaliados pelo seu *rating* de mercado.

***b.1 Recebíveis***

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, aos controles e às políticas estabelecidos pela Companhia, que possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais em caso de inadimplência.

Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes segmentados nas categorias de consumo: residencial normal, residencial popular, tarifa irrigação, comercial, pública e industrial, o que minimiza o risco de crédito, além de procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente garantidos pelas provisões que fazem frente contra eventuais perdas em sua realização, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas conforme CPC 48. Para que a provisão reflita as eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de formas individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário, e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, e entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento e outras.

***b.2 Aplicações financeiras***

O risco está relacionado à possibilidade de computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza esses riscos mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado.

***c. Risco de taxa de juros***

Ocorre quando o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutua devido às variações nas taxas de juros de mercado. Relaciona-se com a possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, que ocasionaria um aumento nas despesas financeiras, em decorrência das posições passivas dos contratos atrelados a taxas de juros flutuantes.

A exposição ao risco de mercado está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária. Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos relativos a empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar com risco de taxa de juros totalizam R\$ 266.434, sendo no circulante R\$ 40.413 e no não circulante R\$ 226.021, captados a taxas variáveis de juros e índices de atualização monetária (TR, CDI e INPC).

| <b>Índice de indexação</b>                     | <b>2021</b>    | <b>2020</b>    |
|--|----------------|----------------|
| Taxa de Referência (TR)                        | 105.659        | 121.845        |
| CDI  | 1.084          | 23.863         |
| <b>Total de empréstimos e financiamentos</b>   | <b>106.743</b> | <b>145.708</b> |
| Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) | 159.691        | 156.472        |
| <b>Total de outras contas a pagar</b>          | <b>159.691</b> | <b>156.472</b> |
| <b>Total</b>                                   | <b>266.434</b> | <b>302.180</b> |

A falta de correlação direta entre os índices de atualização monetária de seus passivos e das contas a receber também representa um risco para a Companhia, uma vez que os reajustes de tarifa de fornecimento de água e esgotamento sanitário não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas.

A Companhia acompanha, anualmente, com a ADASA as ações de reajustamento da tarifa, que visam à recuperação das perdas com a inflação. A cada quatro anos, essa mesma Agência Reguladora realiza a revisão tarifária, com o intuito de identificar os investimentos realizados, calcular sua remuneração e ajustar os cálculos dos custos operacionais.

#### **Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros**

A análise de sensibilidade apresentada tem como objetivo demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de 12 (doze) meses, após 31 de dezembro de 2021, e mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

Para efeito da análise, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

| 2021                       |       |        |        |       |           |                         |       |        |        |       |           |                       |       |        |        |       |           |
|----------------------------|-------|--------|--------|-------|-----------|-------------------------|-------|--------|--------|-------|-----------|-----------------------|-------|--------|--------|-------|-----------|
| Cenários de taxas de juros |       |        |        |       |           |                         |       |        |        |       |           |                       |       |        |        |       |           |
| Cenário provável           |       |        |        |       |           | Cenário possível (+25%) |       |        |        |       |           | Cenário remoto (+50%) |       |        |        |       |           |
| CDI                        | TR    | IGP-M  | INPC   | LIBOR | JUROS BID | CDI                     | TR    | IGP-M  | INPC   | LIBOR | JUROS BID | CDI                   | TR    | IGP-M  | INPC   | LIBOR | JUROS BID |
| 9,15%                      | 0,28% | 17,79% | 10,16% | 1,20% | 2,87%     | 11,44%                  | 0,36% | 22,24% | 12,70% | 1,50% | 3,59%     | 13,73%                | 0,43% | 26,69% | 15,24% | 1,80% | 4,31%     |

(\*) Libor: Juros Contrato BID 3168/OC-BR.

(\*) Juros BID: Juros Contrato BID 1288/OC-BR.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo ou, ainda, ao valor presente desses ativos e passivos.

| Descrição                   | Indexador | Exposição<br>(saldo devedor) | Provável<br>(juros a<br>incorrer) | +25%<br>(juros a<br>incorrer) | +50%<br>(juros a<br>incorrer) |
|-----------------------------|-----------|------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| <b>Passivos</b>             |           |                              |                                   |                               |                               |
| Empréstimos                 | CDI       | 1.084                        | (16)                              | (18)                          | (20)                          |
| Financiamentos              | TR        | 105.659                      | (8.472)                           | (10.450)                      | (12.432)                      |
| Financiamentos              | JUROS BID | 98.883                       | (2.730)                           | (3.415)                       | (4.100)                       |
| Financiamentos              | LIBOR     | 717.939                      | (10.665)                          | (13.234)                      | (15.802)                      |
| Parcelamento FUNDIÁGUA      | INPC      | 158.135                      | (9.377)                           | (9.522)                       | (9.670)                       |
| <b>Efeitos no resultado</b> |           |                              | <u>(31.260)</u>                   | <u>(36.639)</u>               | <u>(42.025)</u>               |

#### **d. Risco cambial**

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco. Os passivos financeiros expostos ao risco cambial (empréstimo com o BID) totalizam:

|                        | 2021                  | 2020                  |
|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Passivo circulante     | 72.035                | 57.555                |
| Passivo não circulante | <u>744.505</u>        | <u>731.517</u>        |
| <b>Total</b>           | <b><u>816.540</u></b> | <b><u>789.072</u></b> |

#### **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

O cenário I, a seguir, apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses, considerando a projeção do Dólar. Com todas as outras variáveis mantidas constantes, estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos para os próximos 12 meses de uma possível desvalorização do Real em 25% e 50%, respectivamente.

|  | Cenário I<br>(provável) | Cenário II<br>(+25%) | Cenário III<br>(+50%) |
|--|-------------------------|----------------------|-----------------------|
| <b>Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2021<br/>(passiva) em US\$</b> | (*) 146.320             | 146.320              | 146.320               |
| Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2021 (ptax)                                    | 5,5805                  | 5,5805               | 5,5805                |
| Taxa cambial estimada conforme cenário   | <u>5,6000</u>           | <u>7,0000</u>        | <u>8,4000</u>         |
| Diferença entre as taxas   | (0,0195)                | (1,4195)             | (2,8195)              |
| Efeito no resultado financeiro líquido em R\$                                    | 2.853                   | (207.701)            | (412.550)             |

(\*) Para o cenário provável em Dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2022, conforme relatório Focus-Bacen de 14 de janeiro de 2022.

**e. Risco de liquidez**

A liquidez da Companhia depende, principalmente, do caixa gerado pelas atividades operacionais, de empréstimos de instituições financeiras e de financiamentos nos mercados locais e internacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais.

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio do fluxo de caixa projetado, ferramenta de planejamento de liquidez que analisa e projeta as entradas e as saídas de recursos.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

**5.2 Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

| Descrição                     | Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado |                  |
|-------------------------------|--|------------------|
|                               | 2021   | 2020             |
| <b>Ativos financeiros</b>     |  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa | 397.776  | 288.447          |
| Contas a receber              | 432.824  | 420.316          |
| Outros créditos a receber     | 177.385  | 241.243          |
| <b>Total</b>                  | <b>1.007.985</b>                                 | <b>950.006</b>   |
| <b>Passivos financeiros</b>   |  |                  |
| Fornecedores                  | 390.362  | 377.459          |
| Empréstimos e financiamentos  | 1.015.832  | 1.027.328        |
| <b>Total</b>                  | <b>1.406.194</b>                                 | <b>1.404.787</b> |

**Outras informações - Associação das Pioneiras Sociais - APS**

Acordo judicial celebrado entre a CAESB e a Associação das Pioneiras Sociais, homologado nos autos do Processo 0706727.15.2017.8.07.0018 referente à conversão do valor acordado (R\$ 22.676) em 919.178 metros cúbicos a ser concedidos como crédito nas inscrições de titularidade da APS, logo o volume de água das unidades da APS será medido mensalmente pelas rotas regulares de medição da CAESB e emitida uma fatura mensal para cada unidade, com o correspondente crédito do valor faturado pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, fazendo com que a conta para pagamento seja zero, até o completo adimplemento do volume total a ser faturado. Em 31 de dezembro de 2021 o valor registrado é de R\$ 13.558.

**6 Principais estimativas e julgamentos contábeis**

As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica, incluindo as expectativas dos eventos futuros que são ponderadas de acordo com as circunstâncias. No futuro, os acontecimentos reais podem diferir dessas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Os principais assuntos sujeitos a estimativas e julgamentos estão descritos a seguir:

**a. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 4.5 e 16** – Investimentos
- **Nota Explicativa nº 4.6** - Negócios em conjunto.

**b. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - Realização do contas a receber e outros recebíveis.
- **Nota Explicativa nº 4.8, 4.9, 17 e 18** - Vida útil do ativo imobilizado e intangível.
- **Nota Explicativa nº 4.12 e 24** - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.
- **Nota Explicativa nº 4.16 e 13** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nº 4.2 e 5** - Instrumentos financeiros.

**c. Mensuração do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

|   | 2021           | 2020           |
|---|----------------|----------------|
| Caixa   | 2              | 7              |
| Bancos conta movimento (a)                    | 5.791          | 25.693         |
| Aplicação financeira de liquidez imediata (b) | 391.983        | 262.747        |
| <b>Total</b>                                  | <b>397.776</b> | <b>288.447</b> |

(a) Consistem de numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com carteiras compostas, isolada ou cumulativamente, por Títulos Públicos Federais, indexados ao CDI/SELIC e/ou pré-fixados ou por operações compromissadas lastreadas por Títulos Públicos Federais. Apresentam risco insignificante de mudança de valor e possuem rentabilidade média de 93,8% do CDI (107,2% do CDI em 2020). A análise de sensibilidade desses ativos é apresentada na Nota Explicativa nº 05 - Gestão de Riscos.

## 8 Contas a receber de clientes

|   | 2021           | 2020           |
|---|----------------|----------------|
| <b>Cientes</b>  |                |                |
| Contas a receber de clientes                                  | 989.549        | 902.374        |
| Contas a receber de partes relacionadas (Nota Explicativa 35) | 81.631         | 80.349         |
| Sub-total contas a receber (a)                                | 1.071.180      | 982.723        |
| Serviços de Consultoria                                       | 136            | 136            |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)       | (661.403)      | (576.863)      |
|   | <b>409.913</b> | <b>405.996</b> |
| <b>Demais contas a receber</b>                                |                |                |
| Pagamentos de clientes a identificar (c)                      | (8.146)        | (7.475)        |
| Títulos Precatórios a receber – GDF                           | 22.242         | 14.147         |
| Clientes consórcio Águas Lindas (Nota Explicativa 35)         | 9.229          | 8.227          |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)       | (414)          | (579)          |
|   | <b>22.911</b>  | <b>14.320</b>  |
| <b>Total</b>  | <b>432.824</b> | <b>420.316</b> |
| Circulante  | 383.689        | 391.591        |
| Não circulante  | 49.135         | 28.725         |

(a) Composição das contas a receber bruto de clientes, por faixa de dias vencidos e por categoria de usuários:

|   | 2021             | 2020           |
|---|------------------|----------------|
| Contas a receber - bruto de clientes – Circulante     | 1.042.030        | 967.182        |
| Contas a receber - bruto de clientes - Não Circulante | 29.150           | 15.541         |
| <b>Total do contas a receber - bruto de clientes</b>  | <b>1.071.180</b> | <b>982.723</b> |

| <b>Categoria</b> | <b>A<br/>faturar</b> | <b>A<br/>vencer</b> | <b>Parceladas</b> | <b>&lt; 30<br/>dias</b> | <b>31 a<br/>90 dias</b> | <b>91 a<br/>180 dias</b> | <b>181 a<br/>365 dias</b> | <b>&gt; 365<br/>dias</b> | <b>2021</b>      |
|------------------|----------------------|---------------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|------------------|
| Residencial      | 51.814               | 72.890              | 69.673            | 39.774                  | 45.960                  | 39.789                   | 64.102                    | 308.212                  | 692.214          |
| Comercial        | 15.900               | 17.523              | 18.202            | 8.798                   | 9.814                   | 8.746                    | 14.565                    | 101.936                  | 195.484          |
| Industrial       | 724                  | 473                 | 402               | 260                     | 358                     | 289                      | 444                       | 60.349                   | 63.299           |
| Pública          | 19.295               | 405                 | 3                 | 426                     | 812                     | 198                      | 10.083                    | 88.961                   | 120.183          |
|                  | <b>87.733</b>        | <b>91.291</b>       | <b>88.280</b>     | <b>49.258</b>           | <b>56.944</b>           | <b>49.022</b>            | <b>89.194</b>             | <b>559.458</b>           | <b>1.071.180</b> |
| 2020             | <b>85.345</b>        | <b>94.607</b>       | <b>60.041</b>     | <b>46.840</b>           | <b>62.506</b>           | <b>59.092</b>            | <b>103.786</b>            | <b>470.506</b>           | <b>982.723</b>   |

Os valores registrados no não circulante decorrem de operações de renegociação de dívidas (parcelamentos), com prazo superior a 12 meses; atualmente a norma específica – ND.SCO-008, prevê o parcelamento de débitos em até 47 parcelas, seja em parcelamentos em condições normais de negociação, ou em parcelamentos especiais. Nos casos de parcelamentos especiais podem ser autorizados redução nos juros de mora e/ou redução nos juros de parcelamento para possibilitar uma negociação viável, quando o caso se demonstra complexo pelo volume elevado de débitos ou pela quantidade de contas acumuladas. Todos os parcelamentos executados por meio judicial são com características especiais e em sua maioria superiores a 12 parcelas.

- (b) A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do valor provável de realização, considerando:

Os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento etc. Após estudo feito por comissão interna, a Companhia passou a adotar a premissa de não fazer provisão para perdas em relação aos órgãos do GDF, para os créditos não prescritos e que tenha expectativa de recebimento.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

|                                    | <b>2021</b>    |                  |                | <b>2020</b>    |                  |                |
|------------------------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|------------------|----------------|
|                                    | <b>CAESB</b>   | <b>Consórcio</b> | <b>Total</b>   | <b>CAESB</b>   | <b>Consórcio</b> | <b>Total</b>   |
| Saldo no início do exercício       | 576.863        | 579              | 577.442        | 426.125        | 475              | 426.600        |
| Adição                             | 234.532        | 167              | 234.699        | 302.949        | 2.754            | 305.703        |
| Reversão/baixa                     | (149.992)      | (332)            | (150.324)      | (152.211)      | (2.650)          | (154.861)      |
| <b>Saldo no final do exercício</b> | <b>661.403</b> | <b>414</b>       | <b>661.817</b> | <b>576.863</b> | <b>579</b>       | <b>577.442</b> |

- (c) A rubrica “Pagamentos de clientes a identificar” é apresentada como conta redutora do ativo, uma vez que a sua natureza decorre dos valores de arrecadações recebidas, mas com diferenças a maior, a menor ou em duplicidade.

## 9 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo. O estoque está demonstrado pelo custo médio de aquisição, conforme apresentado abaixo:

|   | 2021                 | 2020                 |
|---|----------------------|----------------------|
| Material de operação, manutenção e obras              | 37.149               | 29.155               |
| Materiais administrativos                             | 117                  | 133                  |
| Material de operação, manutenção e obras – Consórcios | <u>209</u>           | <u>205</u>           |
| <b>Total</b>  | <b><u>37.475</u></b> | <b><u>29.493</u></b> |

A movimentação dos estoques nos exercícios de 2021 e 2020 foi a seguinte:

|                          | 2021                 | 2020                 |
|--------------------------|----------------------|----------------------|
| Estoque inicial          | 29.493               | 31.897               |
| (+) Aquisições           | 88.623               | 68.328               |
| (-) Requisições líquidas | <u>(80.641)</u>      | <u>(70.732)</u>      |
| <b>Estoque final</b>     | <b><u>37.475</u></b> | <b><u>29.493</u></b> |

## 10 Tributos a recuperar

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de valores retidos pelos órgãos públicos e de valores pagos a maior, que poderão ser compensados em apurações futuras. Em 31 de dezembro de 2021 a composição dos créditos a recuperar era a seguinte:

|  | 2021                  | 2020                  |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 543                   | 300                   |
| ISS e ICMS                             | 1                     | 1                     |
| INSS                                   | 354                   | 354                   |
| Tributos Federais – PERDCOMP           | <u>120.232</u>        | <u>136.589</u>        |
| <b>Total</b>                           | <b><u>121.130</u></b> | <b><u>137.244</u></b> |

## 11 Outras contas a receber

|  | 2021                 | 2020                 |
|--|----------------------|----------------------|
| Antecipações e pagamentos reembolsáveis a empregados (a) | 20.608               | 18.492               |
| Pessoal cedido a receber (b)                             | 175                  | 2.071                |
| Créditos diversos (c)                                    | <u>825</u>           | <u>146</u>           |
| <b>Total</b>   | <b><u>21.608</u></b> | <b><u>20.709</u></b> |

- (a) Refere-se aos adiantamentos a empregados referentes a férias, débitos de ex-funcionários, insuficiências de saldo, direito de desconto referente à greve de 2016 e outros.
- (b) Refere-se aos valores a receber de pessoal cedido cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários. Atendendo o disposto no Decreto Distrital 39.009, de 27/04/2018, os valores contabilizados em períodos posteriores à publicação do mesmo foram cancelados, justificando, dessa forma, a redução do exercício de 2021.
- (c) Refere-se a valores a receber de empregados e empresas originários de acordos e/ou processos judiciais e outros.



## 12 Outros valores a receber

|                                     | 2021          | 2020          |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Aplicações financeiras (a)          | 14.490        | 15.368        |
| Depósitos e bloqueios judiciais (b) | 8.050         | 9.727         |
| <b>Total</b>                        | <b>22.540</b> | <b>25.095</b> |

- (a) As aplicações financeiras referem-se às cauções contratuais de fornecedores, que estão aplicadas em poupança, e valores em garantia dos contratos com a Caixa Econômica Federal.
- (b) Os depósitos e as transferências judiciais referem-se aos valores depositados em juízo ou bloqueados e transferidos à disposição da justiça, os quais são atualizados monetariamente e para os quais ainda não houve levantamento pela Companhia ou pela parte contrária na ação judicial.

A movimentação dos depósitos judiciais nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

|                                       | 2021       |              |              | 2020       |               |               |
|---------------------------------------|------------|--------------|--------------|------------|---------------|---------------|
|                                       | Cível      | Trabalhista  | Total        | Cível      | Trabalhista   | Total         |
| <b>Saldo no início do exercício</b>   | <b>145</b> | <b>9.582</b> | <b>9.727</b> | <b>168</b> | <b>12.551</b> | <b>12.719</b> |
| Novos depósitos e bloqueios judiciais | 4.035      | 920          | 4.955        | 2.803      | 2.269         | 5.072         |
| Reversão (Levantamento de Alvará)     | (2.257)    | (1.196)      | (3.453)      | (24)       | (1.352)       | (1.376)       |
| Alvarás identificados                 | -          | 78           | 78           | -          | 99            | 99            |
| Atualização monetária                 | 4          | 502          | 506          | 2          | 632           | 634           |
| Compensação com demandas judiciais    | (1.885)    | (1.878)      | (3.763)      | (2.804)    | (4.617)       | (7.421)       |
| <b>Saldo no final do exercício</b>    | <b>42</b>  | <b>8.008</b> | <b>8.050</b> | <b>145</b> | <b>9.582</b>  | <b>9.727</b>  |

## 13 Contribuição social - Diferida e corrente

A Companhia possui créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias, cuja composição e natureza são demonstradas a seguir:

|  | 2021            | 2020           | Variação no<br>resultado do<br>exercício | Variação no<br>patrimônio<br>líquido |
|--|-----------------|----------------|--|--------------------------------------|
| Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa de clientes | 14.841          | 11.904         | 2.937                                    |                                      |
| Provisão para demandas judiciais                               | 21.303          | 22.152         | (849)                                    |                                      |
| Base negativa  | 13.795          | 20.277         | (6.482)                                  |                                      |
| Déficit atuarial - CPC 33                                      | 9.723           | 13.709         | (7.888)                                  | 3.902                                |
| Outros   | 21.431          | 1.909          | 19.522                                   |                                      |
| <b>Total do ativo diferido</b>                                 | <b>81.093</b>   | <b>69.951</b>  | <b>7.240</b>                             | <b>3.902</b>                         |
| Diferenças temporárias sobre depreciação/amortização           | (10.382)        | (8.574)        | (1.808)                                  |                                      |
| <b>Total do passivo diferido</b>                               | <b>(10.382)</b> | <b>(8.574)</b> | <b>(1.808)</b>                           |                                      |
| <b>Total do ativo diferido líquido</b>                         | <b>70.711</b>   | <b>61.377</b>  | <b>5.432</b>                             | <b>3.902</b>                         |

As variações elevadas verificadas nas contas outros e base negativa se deram em razão da reclassificação de valores da conta outros para a conta de base negativa de CSLL, bem como em virtude do registro de base negativa no exercício de 2021.

Os valores registrados como despesas de contribuição social foram apurados de acordo com a legislação vigente, conforme demonstramos abaixo:

### **Contribuição social**

|  | <b>2021</b>     | <b>2020</b>     |
|--|-----------------|-----------------|
| Lucro antes dos impostos                         | 142.788         | 217.992         |
| Alíquota nominal                                 | 9%              | 9%              |
| Despesa esperada a taxa nominal                  | <u>(12.851)</u> | <u>(19.619)</u> |
| Diferenças permanentes                           | (8.024)         | (10.180)        |
| Compensação base negativa de contribuição social | (72.019)        | (105.024)       |
| Base de cálculo                                  | <u>62.745</u>   | <u>102.788</u>  |
| Contribuição social - 9%                         | <u>(5.647)</u>  | <u>(9.251)</u>  |
| Contribuição social sobre diferenças temporárias | (9.477)         | (67)            |
| Contribuição social corrente                     | (15.124)        | (9.318)         |

## **14 Ativos de Contrato (Obras em Andamento)**

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras. Com a adoção deste item da norma contábil, a Companhia passou a registrar no balanço patrimonial a rubrica Ativo de Contrato.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de obras em andamento, são apropriados ao custo destas, até a conclusão da construção e/ou instalação, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

Apresentamos abaixo a movimentação do grupo:

| Descrição                                 | 31/12/2020            | Adições               | Capitalização de<br>juros | Transferências          | Saldo em<br>31/12/2021 |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------------------|-------------------------|------------------------|
| Obras do Sistema de Abastecimento de Água | 333.825               | 58.557                | 782                       | (89.664)                | 303.500                |
| Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário | <u>271.165</u>        | <u>76.568</u>         | <u>1.842</u>              | <u>(95.350)</u>         | <u>254.225</u>         |
|   | <u><b>604.990</b></u> | <u><b>135.125</b></u> | <u><b>2.624</b></u>       | <u><b>(185.014)</b></u> | <u><b>557.725</b></u>  |

O saldo de obras em andamento é composto por 55 contratos de obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Coleta e Tratamento de Esgotos e Automação das Unidades Operacionais em todo o Distrito Federal e Entorno.

No exercício de 2021, foram capitalizados juros e demais encargos financeiros incorridos sobre os recursos de terceiros, no montante de R\$ 2.624 (R\$ 4.984 em 2020)

## 15 Ativo Financeiro – Concessões

O Ativo financeiro é composto pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato e que deverão ser indenizados pelo poder concedente ao término do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2021 a composição dos ativos financeiros de concessões era a seguinte:

### a. Composição

|                                    | 2021             | 2020             |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Ativos financeiros indenizáveis    |                  |                  |
| - Sistema de Abastecimento de Água | 677.310          | 614.559          |
| - Sistema de Esgotamento Sanitário | 667.118          | 641.018          |
| <b>Total</b>                       | <b>1.344.428</b> | <b>1.255.577</b> |

### b. Movimentação

| Natureza                               | Saldo em<br>2020 | Transferências | Saldo em<br>2021 |
|--|------------------|----------------|------------------|
| <b>Ativos financeiros indenizáveis</b> |                  |                |                  |
| - Sistemas de abastecimento de água    | 614.559          | 62.751         | 677.310          |
| - Sistemas de esgotamento sanitário    | 641.018          | 26.100         | 667.118          |
| <b>Total</b>                           | <b>1.255.577</b> | <b>88.851</b>  | <b>1.344.428</b> |

## 16 Investimentos

### 2021

| Descrição                                      | Participação | Patrimônio líquido | Lucro (prejuízo) exercício coligadas | Saldo contábil do investimento | Resultado de equivalência patrimonial |
|--|--------------|--------------------|--------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|
| Corumbá Concessões S.A.                        | 6,1364%      | 412.743            | 33.633                               | 25.328                         | 2.064                                 |
| Companhia do Metropolitano do Distrito Federal | 0,0007%      | 1.807.773          | (73.072)                             | 12                             | -                                     |
|  |              |                    |                                      | <b>25.340</b>                  | <b>2.064</b>                          |

### 2020

| Descrição                                      | Participação | Patrimônio líquido | Lucro (prejuízo) exercício Coligadas | Saldo contábil do investimento | Resultado de equivalência patrimonial |
|--|--------------|--------------------|--------------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|
| Corumbá Concessões S.A.                        | 6,1364%      | 379.110            | 58.306                               | 23.264                         | 3.578                                 |
| Companhia do Metropolitano do Distrito Federal | 0,0007%      | 1.880.845          | (70.898)                             | 12                             | (1)                                   |
|  |              |                    |                                      | <b>23.276</b>                  | <b>3.577</b>                          |

## 17 Imobilizado

### a. Composição

| Natureza  | 2021           |                       |                | 2020           |                       |                |
|---|----------------|-----------------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|
|   | Custo          | Depreciação acumulada | Total líquido  | Custo          | Depreciação acumulada | Total líquido  |
| Terrenos  | 34.731         | -                     | 34.731         | 34.731         | -                     | 34.731         |
| Edificações   | 66.915         | (23.248)              | 43.667         | 66.915         | (22.343)              | 44.572         |
| Instalações   | 7.517          | (5.310)               | 2.207          | 7.517          | (5.009)               | 2.508          |
| Redes Adutoras Corumbá                              | 114.158        | -                     | 114.158        | 112.307        | -                     | 112.307        |
| Computadores e periféricos                          | 28.265         | (23.246)              | 5.019          | 27.848         | (20.264)              | 7.584          |
| Móveis e utensílios de escritório                   | 16.370         | (10.478)              | 5.892          | 13.486         | (9.987)               | 3.499          |
| Máquinas e equipamentos                             | 36.663         | (12.134)              | 24.529         | 35.877         | (10.445)              | 25.432         |
| Veículos  | 15.643         | (11.949)              | 3.694          | 15.459         | (10.819)              | 4.640          |
| Aparelhos de som/áudio/comunicação                  | 2.832          | (2.399)               | 433            | 2.728          | (2.368)               | 360            |
| Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração | 4.584          | (2.769)               | 1.815          | 4.203          | (2.608)               | 1.595          |
| Instrumentos de medição e precisão                  | 22.000         | (11.902)              | 10.098         | 20.616         | (10.409)              | 10.207         |
| Projetos e obras em andamento                       | 159.312        | -                     | 159.312        | 158.815        | -                     | 158.815        |
| Ativos de direito de uso                            | 33.010         | (16.071)              | 16.939         | 11.857         | (3.492)               | 8.365          |
| Outros  | 372            | (290)                 | 82             | 323            | (269)                 | 54             |
| <b>Total</b>  | <b>542.372</b> | <b>(119.796)</b>      | <b>422.576</b> | <b>512.682</b> | <b>(98.013)</b>       | <b>414.669</b> |

### b. Movimentação

| Natureza  | Saldo em 2020  | Adições       | Baixas e alienações | Transferências | Depreciação     | Saldo em 2021  |
|---|----------------|---------------|---------------------|----------------|-----------------|----------------|
| Terrenos  | 34.731         | -             | -                   | -              | -               | 34.731         |
| Edificações   | 44.572         | -             | -                   | -              | (905)           | 43.667         |
| Instalações   | 2.508          | -             | -                   | -              | (301)           | 2.207          |
| Redes Adutoras Corumbá                              | 112.307        | 1.817         | -                   | 34             | -               | 114.158        |
| Computadores e periféricos                          | 7.584          | 438           | (10)                | -              | (2.993)         | 5.019          |
| Móveis e utensílios de escritório                   | 3.499          | 3.005         | (7)                 | -              | (605)           | 5.892          |
| Máquinas e equipamentos                             | 25.432         | 499           | (2)                 | 291            | (1.691)         | 24.529         |
| Veículos  | 4.640          | 184           | -                   | -              | (1.130)         | 3.694          |
| Aparelhos de som/áudio/comunicação                  | 360            | 111           | (1)                 | -              | (37)            | 433            |
| Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração | 1.595          | 385           | -                   | -              | (165)           | 1.815          |
| Instrumentos de medição e precisão                  | 10.207         | 1.368         | (1)                 | 22             | (1.498)         | 10.098         |
| Projetos e obras em andamento                       | 158.815        | 5.493         | -                   | (4.996)        | -               | 159.312        |
| Ativos de direito de uso                            | 8.365          | 21.153        | -                   | -              | (12.579)        | 16.939         |
| Outros  | 54             | 51            | -                   | -              | (23)            | 82             |
| <b>Total</b>  | <b>414.669</b> | <b>34.504</b> | <b>(21)</b>         | <b>(4.649)</b> | <b>(21.927)</b> | <b>422.576</b> |

| Natureza  | Saldo em 2019  | Adições       | Baixas e alienações | Transferências | Depreciação    | Saldo em 2020  |
|---|----------------|---------------|---------------------|----------------|----------------|----------------|
| Terrenos  | 34.731         | -             | -                   | -              | -              | 34.731         |
| Edificações   | 36.615         | -             | -                   | 8.813          | (856)          | 44.572         |
| Instalações   | 2.818          | -             | -                   | -              | (310)          | 2.508          |
| Redes Adutoras Corumbá                              | -              | 40.845        | -                   | 71.462         | -              | 112.307        |
| Computadores e periféricos                          | 7.340          | 3.082         | -                   | 71             | (2.909)        | 7.584          |
| Móveis e utensílios de escritório                   | 4.041          | 22            | (1)                 | -              | (563)          | 3.499          |
| Máquinas e equipamentos                             | 23.559         | 1.976         | -                   | 1.358          | (1.461)        | 25.432         |
| Veículos  | 5.651          | 40            | -                   | 71             | (1.122)        | 4.640          |
| Aparelhos de som/áudio/comunicação                  | 408            | 1             | (1)                 | -              | (48)           | 360            |
| Aparelhos e utensílios domésticos e de refrigeração | 866            | 769           | -                   | 56             | (96)           | 1.595          |
| Instrumentos de medição e precisão                  | 9.850          | 1.693         | -                   | 83             | (1.419)        | 10.207         |
| Projetos e obras em andamento                       | 267.173        | (27.521)      | -                   | (80.837)       | -              | 158.815        |
| Ativos de direito de uso                            | 7.418          | (6.300)       | -                   | -              | 7.247          | 8.365          |
| Outros  | 76             | 10            | -                   | -              | (32)           | 54             |
| <b>Total</b>  | <b>400.546</b> | <b>14.617</b> | <b>(2)</b>          | <b>1.077</b>   | <b>(1.569)</b> | <b>414.669</b> |

## 18 Intangível

### a. Composição

| Natureza                                 | 2021             |                       |                | 2020             |                       |                |
|--|------------------|-----------------------|----------------|------------------|-----------------------|----------------|
|  | Custo            | Amortização acumulada | Total líquido  | Custo            | Amortização acumulada | Total líquido  |
| <b>Em operação</b>                       |                  |                       |                |                  |                       |                |
| - Sistemas de abastecimento de água      | 872.038          | (533.368)             | 338.670        | 842.631          | (500.840)             | 341.791        |
| - Sistemas de esgotamento sanitário      | 758.639          | (471.609)             | 287.030        | 686.608          | (446.758)             | 239.850        |
| - Equipamentos operacionais              | 38.284           | (23.191)              | 15.093         | 36.126           | (20.832)              | 15.294         |
| <b>Outros Ativos</b>                     |                  |                       |                |                  |                       |                |
| Ativos de Arrendamento                   | 6.202            | (615)                 | 5.587          | 5.311            | (616)                 | 4.695          |
| Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i> | 20.139           | (6.765)               | 13.374         | 9.561            | (4.087)               | 5.474          |
| <b>Total</b>                             | <b>1.695.302</b> | <b>(1.035.548)</b>    | <b>659.754</b> | <b>1.580.237</b> | <b>(973.133)</b>      | <b>607.104</b> |

### b. Movimentação

| Natureza                                 | Saldo em 2020  | Adições       | Baixas e alienações | Transferências | Amortização     | Saldo em 2021  |
|--|----------------|---------------|---------------------|----------------|-----------------|----------------|
| <b>Em operação</b>                       |                |               |                     |                |                 |                |
| - Sistemas de abastecimento de água      | 341.791        | 1.090         | (3)                 | 28.320         | (32.528)        | 338.670        |
| - Sistemas de esgotamento sanitário      | 239.850        | 3.034         | (51)                | 69.049         | (24.852)        | 287.030        |
| - Equipamentos operacionais              | 15.294         | 2.221         | (12)                | 10             | (2.420)         | 15.093         |
| <b>Outros Ativos</b>                     |                |               |                     |                |                 |                |
| Ativos de Arrendamento                   | 4.695          | 892           | -                   | -              | -               | 5.587          |
| Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i> | 5.474          | 7.144         | -                   | 3.433          | (2.677)         | 13.374         |
| <b>Total</b>                             | <b>607.104</b> | <b>14.381</b> | <b>(66)</b>         | <b>100.812</b> | <b>(62.477)</b> | <b>659.754</b> |

| Natureza                                    | Saldo em 2019    | Adições       | Baixas e alienações | Transferências   | Amortização     | Saldo em 2020  |
|---|------------------|---------------|---------------------|------------------|-----------------|----------------|
| <b>Em operação</b>                          |                  |               |                     |                  |                 |                |
| - Sistemas de abastecimento de água         | 460.916          | (3.641)       | (9)                 | (83.784)         | (31.691)        | 341.791        |
| - Sistemas de esgotamento sanitário         | 146.887          | (19.127)      | -                   | 135.743          | (23.653)        | 239.850        |
| - Equipamentos operacionais                 | 15.759           | 1.434         | -                   | 439              | (2.338)         | 15.294         |
| <b>Em andamento</b>                         |                  |               |                     |                  |                 |                |
| - Obras no sistema de abastecimento de água | 248.166          | 20.425        | -                   | (268.591)        | -               | -              |
| - Obras no sistema de esgotamento sanitário | 231.144          | 15.009        | -                   | (246.153)        | -               | -              |
| - Bens de uso geral                         | -                | -             | -                   | -                | -               | -              |
| Ativos de Arrendamento                      | 4.695            | -             | -                   | -                | -               | 4.695          |
| Sistemas, aplicativos e <i>softwares</i>    | 7.730            | -             | -                   | -                | (2.256)         | 5.474          |
| <b>Total</b>                                | <b>1.115.297</b> | <b>14.100</b> | <b>(9)</b>          | <b>(462.346)</b> | <b>(59.938)</b> | <b>607.104</b> |

### Contratos de Concessão

A infraestrutura utilizada pela Companhia relacionada aos contratos de concessão está sobre o alcance do ICPC 01 - Concessões - quando: (I) o município (concedente) controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer, a quem deve fornecê-los e a que preço; (II) o município (concedente) controla a infraestrutura, ou seja, detém qualquer participação residual na infraestrutura ao final da concessão ou a infraestrutura é utilizada no acordo durante toda a sua vida útil; (III) os direitos da Companhia sobre a infraestrutura operada em conformidade com contratos, construída ou adquirida com o objetivo de prestação do serviço; (IV) A Companhia tem direito de receber caixa ou outro ativo financeiro em caso de término, retomada e/ou não renovação do contrato; (V) a Companhia tem o direito contratual de cobrar os usuários dos serviços públicos.

Os ativos são registrados como intangível – bens afetos à concessão, uma vez que a mesma tem o direito de cobrar pelo uso destes ativos e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos seus serviços.

O valor justo (reconhecimento inicial) de construção e outros trabalhos na infraestrutura representa o custo do ativo intangível, desde que se espere que estes trabalhos gerem benefícios econômicos futuros. O marco do Saneamento Básico do Brasil (Lei nº 11.445/2007, alterada pela lei nº 14.026/2020) indica em seu art. 29, que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada por meio de remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativos intangíveis e amortizados pela vida útil do ativo, considerando a expectativa e histórico da Companhia de continuar renovando seus contratos.

### Arrendamento Mercantil

A Companhia aplicou os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir do exercício de 2019 e identificou a presença de arrendamento nos contratos de locação de veículos, imóveis e faixas de servidão, nos quais o controle de uso do ativo está em poder da arrendatária.

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, ajustados a valor presente, utilizando-se a taxa da última captação realizada pela Companhia. As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na nota explicativa nº 20.

O prazo do arrendamento foi definido com observância aos normativos internos e à legislação aplicável às licitações e contratos. Assim, em que pese o fato de os contratos não possuírem prorrogação automática, o prazo do arrendamento tomou por base a intenção da companhia em manter o contrato mediante a realização de aditivos, sempre limitado ao prazo máximo legal de 60 meses.

Em 31 de dezembro de 2021 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento Mercantil registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

| Descrição                               | 2021            |                       |               | 2020          |                       |               |
|---|-----------------|-----------------------|---------------|---------------|-----------------------|---------------|
|   | Custo           | Depreciação acumulada | Total líquido | Custo         | Depreciação acumulada | Total líquido |
| Veículos                                | 31.510          | (14.909)              | 16.601        | 10.694        | (2.751)               | 7.943         |
| Imóveis                                 | 1.500           | (1.162)               | 338           | 1.163         | (742)                 | 421           |
| Faixas de servidão                      | 6.202           | (615)                 | 5.587         | 5.311         | (615)                 | 4.696         |
| <b>Totais de Arrendamento Mercantil</b> | <b>(42.924)</b> | <b>(16.686)</b>       | <b>26.238</b> | <b>17.168</b> | <b>(4.108)</b>        | <b>13.060</b> |
| <b>Imobilizado</b>                      | <b>33.010</b>   | <b>(16.071)</b>       | <b>16.939</b> | <b>11.857</b> | <b>(3.493)</b>        | <b>8.364</b>  |
| <b>Intangível</b>                       | <b>6.202</b>    | <b>(615)</b>          | <b>5.587</b>  | <b>5.311</b>  | <b>(615)</b>          | <b>4.696</b>  |

## 19 Fornecedores e outras contas a pagar

|   | 2021           | 2020           |
|---|----------------|----------------|
| Fornecedores de Bens e Materiais              | 23.161         | 17.745         |
| Prestadores de Serviço                        | 78.543         | 67.362         |
| Empreiteiros                                  | 7.659          | 15.756         |
| Cauções/Retenções Contratuais                 | 2.882          | 3.482          |
| Consignações a recolher                       | 8.093          | 6.640          |
| Dividendos a pagar                            | 31.610         | 22.578         |
| Obrigações com clientes (a)                   | 18.634         | 17.118         |
| Obrigações Judiciais                          | 21.172         | 28.096         |
| Provisão TFS e TFU e Uso de Recursos Hídricos | 21.593         | 6.357          |
| <b>Circulante</b>                             | <b>213.347</b> | <b>185.134</b> |
| Obrigações especiais (b)                      | 164.478        | 181.349        |
| <b>Não circulante</b>                         | <b>164.478</b> | <b>181.349</b> |
| <b>Total</b>                                  | <b>377.825</b> | <b>366.483</b> |

- (a) As obrigações com clientes referem-se ao incentivo à redução do consumo de água no Distrito Federal instituído pela Lei nº 4.341, de 22 de junho de 2009. Segundo a referida lei, todos os titulares de unidades consumidoras de água, residencial, comercial ou industrial, que reduzirem o consumo de água, terão direito a um bônus desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia realizada. Essa lei foi disciplinada pela Resolução nº 6, de 5 de julho de 2010 da ADASA. A rubrica também é composta de antecipações e restituições de faturamento.
- (b) A Companhia reconhece nessa rubrica os recursos recebidos a título de repasses da União no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), após pacificação do entendimento, como obrigações Especiais, bem como os valores da tarifa de contingência que ainda não estão vinculados a custos operacionais adicionais eficientes. Essa forma de contabilização visa a atender as necessidades regulatórias da ADASA e dar transparência ao processo. Somente foram considerados como custos adicionais eficientes os valores previamente autorizados em resolução específica.

## 20 Empréstimos e financiamentos

| Entidade/Instituição  | 2021             | 2020             |
|---|------------------|------------------|
| Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (Nota Explicativa 33)           | 92.548           | 92.548           |
| Banco do Brasil S.A. (Nota Explicativa 20.1)  | -                | 16.288           |
| Banco Caixa Econômica Federal S.A (Nota Explicativa 20.2)                           | 23.059           | 24.620           |
| Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 20.3) | 72.035           | 57.555           |
| Banco ABC Brasil S.A. (Nota Explicativa 20.4)                                       | 1.084            | 6.494            |
| <b>Circulante</b>   | <b>188.726</b>   | <b>197.505</b>   |
| Banco Caixa Econômica Federal S.A. (Nota Explicativa 20.2)                          | 82.600           | 97.225           |
| Banco Interamericano de Desenvolvimento (moeda estrangeira) (Nota Explicativa 20.3) | 744.505          | 731.517          |
| Banco ABC Brasil S.A. (Nota Explicativa 20.4)                                       | -                | 1.081            |
| <b>Não circulante</b>   | <b>827.105</b>   | <b>829.823</b>   |
| <b>Total</b>  | <b>1.015.831</b> | <b>1.027.328</b> |

Movimentação dos empréstimos e financiamentos referentes ao exercício de 2021 e 2020:

|                                       | 2021             | 2020             |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Saldo no início do exercício          | 1.027.328        | 907.101          |
| (+) Liberações                        | 40.078           | 109.992          |
| (+) Juros e encargos                  | 22.606           | 33.619           |
| (+) Variações monetárias e cambiais   | 56.936           | 169.534          |
| (-) Juros, variações e encargos pagos | (22.786)         | (32.103)         |
| (-) Amortizações                      | (108.331)        | (160.815)        |
| <b>Saldo no final do exercício</b>    | <b>1.015.831</b> | <b>1.027.328</b> |

Os índices de indexação, a taxa de juros e o prazo de vencimento dos contratos de empréstimos e financiamentos estão evidenciados no quadro abaixo, em 31 de dezembro de 2021:

| Instituição             | Qtde.<br>Contrato | Indexador        | Taxa nominal<br>% a.a. | Garantia          | Ano do vencimento |
|-------------------------|-------------------|------------------|------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa Econômica Federal | 12                | TR               | 6% a 12%               | Recursos próprios | 2035              |
| BID                     | 02                | Libor+Margem BID | 1,20 e 2,87%           | Fiança            | 2039              |
| Banco ABC Brasil S.A.   | 01                | CDI              | 2,10%                  | Recursos próprios | 2022              |

Demonstramos por faixa de vencimento dos empréstimos e financiamentos:

|                | <b>2021</b>             | <b>2020</b>             |
|----------------|-------------------------|-------------------------|
| 2020           | -                       | 92.547                  |
| 2021           | -                       | 108.118                 |
| 2022 (a)       | 182.720                 | 81.650                  |
| 2023           | 85.250                  | 76.947                  |
| 2024 em diante | <u>747.861</u>          | <u>668.066</u>          |
| <b>Total</b>   | <b><u>1.015.831</u></b> | <b><u>1.027.328</u></b> |

(a) O montante referente ao exercício de 2022 no valor de 92.547 (92.547 em 2020 e 2021), é referente ao financiamento devido e vencido à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF, que apesar de estar classificado como dívida vencida, há previsão de compensação com contas de água e esgotos a receber do GDF, conforme previsto no Contrato 001/2001-SO/SEFP/DF, sem data pré-determinada para realização.

Demonstrativo por categoria (empréstimos e financiamentos):

|                 | <b>2021</b>             | <b>2020</b>             |
|-----------------|-------------------------|-------------------------|
| Empréstimos (*) | 1.084                   | 23.863                  |
| Financiamentos  | <u>1.014.747</u>        | <u>1.003.465</u>        |
| <b>Total</b>    | <b><u>1.015.831</u></b> | <b><u>1.027.328</u></b> |

(\*) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo referente aos empréstimos é composto por R\$ 1.084 do Banco ABC.

## **20.1 Banco do Brasil (BB)**

### **(i) Principais eventos**

Em 31 de dezembro de 2021, os 02 (dois) contratos que abrangem abertura de crédito (capitais de giro) – Contratos nº 330.700.953 e 330.700.965 foram integralmente quitados.

## **20.2 Caixa Econômica Federal (CEF)**

### **(i) Principais eventos**

Estão registrados diversos contratos de financiamento, com recursos oriundos do FGTS, destinados à implantação, à ampliação e/ou à melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal.

A Companhia, adicionalmente, deverá manter para alguns contratos específicos à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta garantia, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 11.842 (R\$ 11.863 em 31 de dezembro de 2020), sendo este corrigido pela variação da poupança.

### **(ii) Cross default**

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.



## **20.3 Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

### **(i) Principais eventos**

Em 31 de dezembro de 2021, estão registrados dois contratos de financiamentos.

#### **a. Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (GDF x BID) intermediado pelo GDF por meio do Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF (GDF x CAESB).**

Em 29 de outubro de 2001, a CAESB firmou com o Governo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura e Obras, o Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF, referente à execução do Subprograma “Aumento da cobertura e melhoria da administração dos serviços de água e esgotos”, integrante do Programa de Saneamento Básico do DF, financiado em parte pelo BID, por intermédio do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, firmado em 11 de junho de 2001 entre o GDF e o BID.

O Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR possui a República Federativa do Brasil como fiadora da operação de crédito externa.

O período de carência do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR é de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, e o vencimento da primeira ocorreu em dezembro de 2006 e a última será em junho de 2026.

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF estabelece a transferência de recursos financeiros entre a Coexecutora (CAESB) e a Executora (Governo do Distrito Federal).

As prerrogativas e os deveres estabelecidos no Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF englobam desde a liberação de valores correspondentes às etapas já executadas e atestadas pelo GDF, até os ressarcimentos das parcelas do serviço da dívida (incluindo principal, juros e outros encargos), de responsabilidade da CAESB, provenientes do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

O ressarcimento financeiro é feito na proporção equivalente às parcelas liberadas pelo BID e transferidas pela Executora (Governo do Distrito Federal) à Coexecutora (CAESB), acrescido na mesma proporcionalidade das parcelas que vierem a ser incorporadas pelo BID ao saldo devedor do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR.

Os riscos cambiais da operação são compartilhados pelo Governo do Distrito Federal e pela CAESB na proporção equivalente às liberações dos recursos à conta do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR, quando do pagamento das despesas com os serviços da dívida do referido contrato de empréstimo (ressarcimento).

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF determina à CAESB, quando do ressarcimento ao Distrito Federal de suas parcelas de responsabilidade do serviço da dívida do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (incluindo principal, juros e outros encargos), identificar os valores de seus créditos relativos a contas de água e esgoto de Órgãos da Administração Direta e Fundacional do Distrito Federal, para efeitos de compensação, não podendo ficar a descoberto saldo a ser ressarcido.

As tratativas quanto à compensação supracitada se encontram em fase de negociação entre a CAESB e o GDF.

Em 31 de dezembro de 2021, totaliza no passivo o valor de R\$ 191.349, deste montante R\$ 98.801 referem-se à dívida com o BID, sendo registrados no circulante R\$ 22.082 e no não circulante R\$ 76.719. Do total desse passivo, R\$ 92.548 referem-se à dívida com o GDF, em razão da não realização da compensação de valor entre o GDF e a CAESB, valor este registrado no circulante.

**b. Contrato nº 3168/OC - BR**

Empréstimo contraído em 2014 com o BID, que consiste em reduzir a sobrecarga dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes no Distrito Federal, por meio da melhoria e expansão da rede de água potável e de esgoto sanitário a condomínios e regiões periféricas e do fortalecimento da gestão da Companhia.

O período de carência será de 10 (dez) semestres com amortização em 40 (quarenta) parcelas semestrais, sendo o vencimento da primeira em dezembro de 2020 e a última em junho de 2039.

A operação de crédito externa possui como fiadora a República Federativa do Brasil e como garantidor o Distrito Federal.

Em 31 de dezembro de 2021, totaliza no passivo o valor de R\$ 717.739, sendo registrados no circulante R\$ 49.952 e no não circulante R\$ 667.787.

**(ii) Cross default**

A Companhia não possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira.

**20.4 Banco ABC Brasil S.A.**

**(i) Principais eventos**

A Companhia captou em 30 de agosto de 2018 uma nova operação de crédito (modalidade capital de giro), no valor de R\$ 20.000, com o Banco ABC Brasil S.A. Os juros remuneratórios correspondem a 100% do CDI Over DI - CETIP, capitalizados diariamente, acrescidos de taxa de 2,10% a.a., calculada de forma exponencial *pro rata temporis*. O prazo de vencimento é 22 de fevereiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, totaliza no passivo o valor de R\$ 1.084, sendo registrados integralmente no circulante.

**(ii) Cross default**

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de *cross default* com essa instituição financeira somente para caso de inadimplemento, falência, protestos e alteração de objeto social. Os indicadores são constantemente monitorados, a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

**20.5 Arrendamento Mercantil**

Em 31 de dezembro de 2021 o valor presente das obrigações financeiras futura mínimas referente ao Arrendamento Mercantil está demonstrado abaixo:

| Descrição                              | 2021                             |                         |  | 2020                             |                         |  |
|--|----------------------------------|-------------------------|--|----------------------------------|-------------------------|--|
|  | Pagamentos<br>futuros<br>mínimos | Encargos<br>financeiros | Valor<br>presente dos<br>pagamentos<br>futuros | Pagamentos<br>futuros<br>mínimos | Encargos<br>financeiros | Valor<br>presente dos<br>pagamentos<br>futuros |
| Veículos                               | 18.008                           | (1.406)                 | 16.602   | 8.282                            | (340)                   | 7.942  |
| Imóveis                                | 350                              | (12)                    | 338  | 445                              | (23)                    | 422  |
| Faixas de servidão                     | 7.880                            | (2.293)                 | 5.587  | 7.212                            | (2.516)                 | 4.696  |
| <b>Total de Arrendamento Mercantil</b> | <b>26.238</b>                    | <b>(3.711)</b>          | <b>22.527</b>                                  | <b>15.939</b>                    | <b>(2.879)</b>          | <b>13.060</b>                                  |
| <b>Circulante</b>                      | <b>9.880</b>                     | <b>(380)</b>            | <b>9.500</b>                                   | <b>9.015</b>                     | <b>(521)</b>            | <b>8.494</b>                                   |
| <b>Não Circulante</b>                  | <b>16.358</b>                    | <b>(3.331)</b>          | <b>13.027</b>                                  | <b>6.924</b>                     | <b>(2.358)</b>          | <b>4.566</b>                                   |

## 21 Obrigações fiscais

| Descrição                                 | 2021          | 2020          |
|---|---------------|---------------|
| PASEP a recolher                          | 990           | 1.009         |
| COFINS a recolher                         | 4.569         | 4.655         |
| CSLL a recolher                           | 9             | 12.209        |
| INSS a recolher                           | 12.138        | 11.500        |
| Imposto de Renda Retido na Fonte          | 12.274        | 10.037        |
| Substituição tributária COFINS/CSLL/PASEP | 980           | 969           |
| Impostos estaduais e municipais           | 3.100         | 2.961         |
| <b>Circulante</b>                         | <b>34.060</b> | <b>43.340</b> |

## 22 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

| Descrição  | 2021          | 2020          |
|--|---------------|---------------|
| Ordenados e salários a pagar                     | 191           | 159           |
| Encargos sociais e previdenciários               | 4.315         | 3.723         |
| Outras obrigações trabalhistas e previdenciárias | 1.301         | 1.180         |
| Provisão de pessoal                              | 55.445        | 49.805        |
| Obrigações sociais sobre provisão                | 21.600        | 19.338        |
| <b>Total</b>                                     | <b>82.852</b> | <b>74.205</b> |

## 23 Benefícios a empregados

|   | 2021           | 2020           |
|---|----------------|----------------|
| Participação nos Resultados e Indenizações Vitalícias   | 38.251         | 4.927          |
| Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 23.2)      | 19.382         | 16.201         |
| Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 23.3)        | 2.538          | 2.441          |
| Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 23.4) | 142.687        | 94.421         |
| <b>Circulante</b>                                       | <b>202.858</b> | <b>117.990</b> |
| Benefícios previdenciários (Nota Explicativa 23.2)      | 246.549        | 294.121        |
| Benefícios assistenciais (Nota Explicativa 23.3)        | 4.905          | 738            |
| Programa de demissão voluntária (Nota Explicativa 23.4) | 247.747        | 174.642        |
| Indenizações Vitalícias                                 | 825            | 1.051          |
| <b>Não circulante</b>                                   | <b>500.026</b> | <b>470.552</b> |
| <b>Total</b>  | <b>702.884</b> | <b>588.542</b> |

### **23.1 Programa de Participação nos Resultados (PPR)**

De acordo com o estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, o valor do Programa de Participação nos Resultados é estipulado considerando a distribuição de 30% (trinta por cento) de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,0 (uma) folha de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira, mediante o estabelecimento de metas (globais e setoriais).

Conforme previsto no ACT vigente, o valor da PPR é distribuído de forma linear para todos os beneficiários, em parcela única, no mês de abril do exercício seguinte ao de referência do programa. O valor passível de distribuição referente ao exercício de 2021 foi de R\$ 37,97 milhões.

### **23.2 Benefícios previdenciários**

A Fundiágua - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, instituída e patrocinada pela CAESB e pela própria Fundiágua, classificada como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal criar, executar e operar planos de benefícios previdenciários e assistenciais.

A Fundiágua é responsável pela administração de três Planos Previdenciários:

#### **23.2.1 Plano I - Benefício Definido (BD)**

Nesse Plano, o valor do benefício a ser concedido ao participante encontra-se previamente definido no regulamento e corresponde à média dos 36 últimos Salários de Contribuição (corrigidos mensalmente pelo INPC) menos o valor atribuído ao benefício do INSS. Participam do programa os empregados admitidos na Companhia até 1º de abril de 1994, identificando uma população fechada (56 participantes). Este plano está em extinção.

#### **23.2.2 Plano II - Benefício Saldado (BS)**

Consiste num Plano de Benefício Definido, não contributivo, resultante da opção de transferência de participantes do Plano I para este Plano Saldado, com a garantia de recebimento futuro, quando de suas aposentadorias, dos benefícios anteriormente contratados, proporcionais ao tempo decorrido até então. Esses benefícios foram devidamente valorizados e as respectivas reservas transformadas em poupanças pessoais, garantidas, na parte ainda não integralizada, por um contrato de cobertura financeira entre a Patrocinadora e a administradora do programa.

Em obediência à legislação previdenciária foi aprovado plano de equacionamento para o déficit técnico apurado, assim, este plano estará recebendo contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes, a partir de fevereiro de 2017. Este plano está fechado para novas inscrições.

#### **23.2.3 Plano III - Benefício Misto (BM)**

O Plano III da Fundiágua está na modalidade de contribuição definida durante a fase de capitalização. Os benefícios são concedidos em função da poupança acumulada em nome de cada participante, incluindo as contribuições normais vertidas por estes e pela Patrocinadora, em igualdade de aportes. Uma vez concedido, o benefício torna-se uma renda vitalícia em que os riscos, relativamente às probabilidades de sobrevivência e mortes consideradas, são assumidos mutuamente.

Devido à flexibilidade contributiva do Plano III, o participante poderá escolher o percentual de contribuição. A participação da Companhia é paritária às contribuições mensais do participante até o teto estipulado que é anualmente revisado. Atualmente, apenas o Plano III está aberto à entrada de novos participantes.

#### **23.2.4 Avaliação atuarial**

Nesta Nota Explicativa são demonstrados o passivo e as despesas relacionadas aos Planos de Benefícios aos empregados: previdenciários e assistenciais; de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com o laudo preparado por um atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2021.

A Companhia possui uma dívida contratada previamente com a Fundiágua, por meio do contrato nº 6.937/06, que se refere ao déficit atuarial da Avaliação de 31 de dezembro de 2004 dos planos I e II. O montante inicial apurado foi de R\$ 121.252 a ser amortizado pelo Sistema Price, em 360 prestações mensais e sucessivas. Sobre o saldo devedor há incidência de juros reais equivalentes a 6% (seis por cento) a.a., reajustados mensalmente pela variação do INPC/IBGE do mês anterior ao vencimento da prestação.

Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2021 e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

#### ***Evolução da obrigação atuarial***

|  | <b>Plano I</b> | <b>Plano II</b> | <b>Seguro</b> | <b>Plano de Saúde</b> |
|--|----------------|-----------------|---------------|-----------------------|
| Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2020   | 30.109         | 707.899         | 738           | 9.850                 |
| Custo dos juros                                      | 1.539          | 21.848          | -             | -                     |
| Custo do serviço corrente                            | 137            | -               | -             | -                     |
| Benefícios pagos pelo fundo                          | (1.989)        | (50.254)        | -             | (8.662)               |
| (Ganhos)/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial | (4.732)        | (57.071)        | 1.482         | 16.405                |
| Valor presente da obrigação em 31/12/2021            | <b>25.064</b>  | <b>622.422</b>  | <b>2.220</b>  | <b>17.593</b>         |

#### ***Evolução dos direitos dos planos***

|  | <b>Plano I</b> | <b>Plano II</b>  | <b>Seguro</b>  | <b>Plano de Saúde</b> |
|--|----------------|------------------|----------------|-----------------------|
| Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2020      | 18.926         | 259.447          | -              | 16.471                |
| Rendimento esperado dos ativos do plano            | 824            | 10.198           | -              | 527                   |
| Contribuições                                      | 1.091          | 49.587           | -              | 87.410                |
| Benefícios pagos pelo fundo                        | (1.989)        | (50.254)         | -              | (94.118)              |
| Ganhos/(perdas) atuariais sobre os ativos do plano | (289)          | (6.001)          | -              | 4.618                 |
| Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2021      | <b>18.563</b>  | <b>262.977</b>   | <b>-</b>       | <b>14.908</b>         |
| Obrigações Liquidas em 31/12/2021                  | <b>(6.501)</b> | <b>(359.445)</b> | <b>(2.220)</b> | <b>(2.685)</b>        |
| Dívida Contratada                                  | <b>4.330</b>   | <b>155.360</b>   | <b>-</b>       | <b>-</b>              |
| Parcela dos participantes                          | <b>1.085</b>   | <b>102.042</b>   | <b>-</b>       | <b>-</b>              |
| Obrigações remanescentes 31/12/2021                | <b>(1.085)</b> | <b>(102.042)</b> | <b>(2.220)</b> | <b>(2.685)</b>        |

***As obrigações estão demonstradas a seguir***

|   | <b>2021</b>    | <b>2020</b>    |
|---|----------------|----------------|
| Parcela contributiva mensal                 | 3.113          | 2.267          |
| Dívida contratada                           | 16.269         | 13.933         |
| <b>Circulante</b>                           | <b>19.382</b>  | <b>16.200</b>  |
| Plano I - BD                                | 1.085          | 3.470          |
| Plano II - BS                               | 102.042        | 148.111        |
| Dívida contratada                           | 143.421        | 142.540        |
| <b>Não circulante</b>                       | <b>246.548</b> | <b>294.121</b> |
| <b>Total dos benefícios previdenciários</b> | <b>265.930</b> | <b>310.321</b> |

## **23.3 Benefícios assistenciais**

### **23.3.1 Fundação de Previdência - Fundiágua**

Na área assistencial, a Fundiágua é responsável pela gestão dos planos odontológicos, do programa saúde e do programa farmácia, todos de adesão facultativa.

Com relação ao Plano de Saúde, a Fundiágua oferece alguns tipos de Planos Médico/Hospitalar, de forma contributiva com participação do participante e da Companhia, o participante tem a opção escolher um Plano Quarto Individual com acomodação em quarto privativo ou Enfermaria em Quarto Coletivo. Destacamos que os planos possuem Redes Credenciadas diferentes, mas possuem as mesmas Coberturas.

Além do valor mensal, definido pela aplicação da tabela de manutenção mensal, conforme faixa etária do titular e seus dependentes, serão cobradas, quando da utilização do plano, 20% de coparticipação (fator moderador) para os eventos de consultas e exames de baixa complexidade. Quanto aos exames de alta complexidade e internação (superior a 12 horas), estes são isentos de qualquer cobrança de utilização. Por se tratar de ativo contingente, o referido valor não foi registrado.

|   | <b>2021</b>    | <b>2020</b>  |
|---|----------------|--------------|
| <b>Alterações nas obrigações</b>                              |                |              |
| Obrigações com benefícios projetados no início do exercício   | 9.850          | 5.886        |
| Custo dos juros   | -              | -            |
| Benefícios pagos adiantados                                   | (8.662)        | -            |
| (Ganhos) ou perdas atuariais                                  | 16.405         | 3.964        |
| Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício      | 17.593         | 9.850        |
| Alterações nos ativos financeiros                             |                |              |
| Valor justo dos ativos no início do exercício                 | 16.471         | 15.732       |
| Retorno dos investimentos                                     | 527            | 219          |
| Contribuições   | 87.410         | -            |
| Benefícios Pagos  | (94.118)       | -            |
| Ganhos ou (perdas) atuariais                                  | 4.618          | 520          |
| Valor justo dos ativos no fim do exercício                    | 14.908         | 16.471       |
| <b>Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício</b> | <b>(2.685)</b> | <b>6.621</b> |

### 23.3.2 *Clube Social CAESB - CAESO*

Na área assistencial, o CAESO é responsável pela gestão do Seguro de Vida, de adesão facultativa.

Quanto ao seguro de vida em grupo, a CAESB mantém apólices de seguro de vida em grupo para empregados em atividade e estende a possibilidade de adesão aos aposentados. Mesmo arcando apenas com parte dos prêmios, há a identificação de passivo pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizando para ambas as massas populacionais, ativos e aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é maior que o da massa ativa, ocorre a transferência indireta de prêmios pagos, gerando um subsídio da Companhia.

Os cálculos foram realizados para a data-base de 31 de dezembro de 2021, e as conclusões do relatório sobre essa situação atuarial estão demonstradas nos quadros seguintes:

|   | <b>2021</b>           | <b>2020</b>         |
|---|-----------------------|---------------------|
| <b>Alterações nas obrigações</b>                            |                       |                     |
| Obrigações com benefícios projetados no início do exercício | 738                   | 1.027               |
| Ajustes efetuados no exercício                              | -                     | -                   |
| (Ganhos) ou perdas atuariais                                | 1.482                 | (289)               |
| Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício    | 2.220                 | 738                 |
| Obrigações líquidas reconhecidas no final do exercício      | <u><b>(2.220)</b></u> | <u><b>(738)</b></u> |

*As obrigações estão apresentadas a seguir*

|   | <b>2021</b>         | <b>2020</b>         |
|---|---------------------|---------------------|
| Benefícios Assistenciais                  | 2.538               | 2.441               |
| <b>Circulante</b>                         | <b>2.538</b>        | <b>2.441</b>        |
| Plano de Saúde                            | 2.685               | -                   |
| Seguro de Vida                            | <u>2.220</u>        | <u>738</u>          |
| <b>Não circulante</b>                     | <b>4.905</b>        | <b>738</b>          |
| <b>Total dos benefícios assistenciais</b> | <u><b>7.443</b></u> | <u><b>3.179</b></u> |

### 23.4 *Programa de Demissão Voluntária*

A Companhia estabeleceu um novo Plano de Desligamento Voluntário (PDV) em 2021. Os empregados interessados que atendiam às exigências do programa efetuaram suas inscrições e somente aderiram ao Programa quando foram convidados a assinar o Termo de Adesão. No total 183 pessoas foram habilitadas a serem desligadas nos primeiros meses de 2022, conforme cronograma estabelecido pela Companhia.

Os incentivos do programa compreendem as verbas rescisórias, prêmio de 25% aplicados sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, assistência à saúde do empregado e de seu cônjuge e prêmio financeiro temporário que serão pagos durante 60 meses; anualmente, na data-base de maio, o PFT sofre atualização com base no INPC acumulado dos últimos 12 meses. A Companhia realiza o registro mensalmente, a título de provisionamento da atualização pela variação do INPC acumulado do período. Conforme previsto no regulamento do programa, não é permitida a adoção de eventuais índices negativos.



Os valores de PDV classificados no passivo circulante e não circulante estão abaixo demonstrados. Nos montantes registrados estão os valores provisionados referentes ao programa de 2021 e os saldos remanescentes referentes ao programa de 2018:

|   | <b>2021</b>    | <b>2020</b>    |
|---|----------------|----------------|
| Circulante                                      | 142.687        | 94.421         |
| Não circulante                                  | 247.747        | 174.642        |
| <b>Total do Programa de Demissão Voluntária</b> | <b>390.434</b> | <b>269.063</b> |

## 24 Provisões, passivos contingentes e depósitos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios, incluindo processos de naturezas cível, trabalhista e tributária. As provisões são registradas pela Companhia com base nos riscos e nos valores mensurados pela Procuradoria Jurídica ou pelo valor histórico das condenações. A classificação de risco utilizada pela Procuradoria Jurídica é baseada na jurisprudência dominante, que vem se formando em relação às ações sofridas pela Companhia ao longo do tempo. Atualmente, a matéria está disciplinada em norma interna da Companhia.

**Essas provisões estão assim constituídas:**

| Natureza     | 2021           |                   |   | 2020           |                   |   |
|--------------|----------------|-------------------|---|----------------|-------------------|---|
|              | Provisão       | Depósito judicial | Provisões líquidas de depósitos judiciais | Provisão       | Depósito judicial | Provisões líquidas de depósitos judiciais |
| Cível        | 214.890        | (42)              | 214.848                                   | 204.803        | (145)             | 204.658                                   |
| Trabalhista  | 19.698         | (8.008)           | 11.690                                    | 39.226         | (9.582)           | 29.644                                    |
| Tributária   | 2.107          | -                 | 2.107                                     | 2.107          | -                 | 2.107                                     |
| <b>Total</b> | <b>236.695</b> | <b>(8.050)</b>    | <b>228.645</b>                            | <b>246.136</b> | <b>(9.727)</b>    | <b>236.409</b>                            |

**A movimentação das provisões em 2021 e 2020 foram as seguintes:**

|                                    | Cível          | Trabalhista   | Tributária   | Total 2021     |
|------------------------------------|----------------|---------------|--------------|----------------|
| Saldo no início do exercício       | 204.803        | 39.226        | 2.107        | 246.136        |
| Constituição de provisão           | 45.366         | 8.916         | -            | 54.282         |
| Reversão de provisão               | (8.745)        | (4.604)       | -            | (13.349)       |
| Baixa por realização               | (26.369)       | (23.840)      | -            | (50.209)       |
| Provisões - Consórcio Águas Lindas | (165)          | -             | -            | (165)          |
| <b>Saldo no final do exercício</b> | <b>214.890</b> | <b>19.698</b> | <b>2.107</b> | <b>236.695</b> |

  

|                                    | Cível          | Trabalhista   | Tributária   | Total 2020     |
|------------------------------------|----------------|---------------|--------------|----------------|
| Saldo no início do exercício       | 222.881        | 57.364        | 10.389       | 290.634        |
| Constituição de provisão           | 18.928         | 16.506        | -            | 35.434         |
| Reversão de provisão               | (17.610)       | (5.089)       | (8.282)      | (30.981)       |
| Baixa por realização               | (19.310)       | (29.555)      | -            | (48.865)       |
| Provisões - Consórcio Águas Lindas | (86)           | -             | -            | (86)           |
| <b>Saldo no final do exercício</b> | <b>204.803</b> | <b>39.226</b> | <b>2.107</b> | <b>246.136</b> |



## 24.1 Natureza cível

A Companhia é parte em 676 processos (644 em 2020) cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos. Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

| Matéria   | 2021                |                | 2020                |                |
|---|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
|   | Número de processos | Valor          | Número de processos | Valor          |
| Divergências com fornecedores e prestadores de serviços | 47                  | 109.908        | 56                  | 115.847        |
| Patrimônio/Desapropriações                              | 16                  | 72.498         | 17                  | 63.268         |
| Cobrança indevida de contas                             | 421                 | 24.179         | 416                 | 18.040         |
| Indenização   | 159                 | 7.836          | 119                 | 6.446          |
| Outros  | 33                  | 449            | 36                  | 1.017          |
|   | <b>676</b>          | <b>214.870</b> | <b>644</b>          | <b>204.618</b> |
| Contingências Cíveis do consórcio Águas Lindas          | 11                  | 20             | 49                  | 185            |
| Saldo no final do exercício                             |                     | 214.890        |                     | 204.803        |

## 24.2 Natureza trabalhista

A Companhia figura como ré em 190 processos classificados como perdas prováveis (256 em 2020). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

| Matéria                     | 2021                |               | 2020                |               |
|-----------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|
|                             | Número de processos | Valor         | Número de processos | Valor         |
| Periculosidade              | 38                  | 6.846         | 73                  | 17.472        |
| Subsidiariedade             | 70                  | 3.502         | 45                  | 1.520         |
| Progressão                  | 13                  | 2.536         | 24                  | 11.726        |
| Desvio de Função            | 7                   | 1.360         | -                   | -             |
| Adicional/Adicional Noturno | 8                   | 1.080         | 14                  | 1.576         |
| Danos Morais                | 2                   | 1.040         | 2                   | 1.007         |
| Hora Extra                  | 9                   | 802           | 20                  | 1.832         |
| Acidente de Trabalho        | 3                   | 534           | -                   | -             |
| Rescisão Contratual         | 2                   | 456           | -                   | -             |
| Função Gratificada          | 4                   | 344           | 5                   | 663           |
| Outros                      | 34                  | 1.198         | 73                  | 3.430         |
|                             | <b>190</b>          | <b>19.698</b> | <b>256</b>          | <b>39.226</b> |

## 24.3 Natureza tributária

O valor provisionado (2.107) refere-se a dois processos administrativos (14041.000317/2008-30 e 14041.000315/2008-41) que estão em andamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda e que tratam dos Autos de Infração nº 37.154.776-8 (contribuições previdenciárias) e 37.157.774-1 (multa).

## 24.4 Passivos contingentes

A Companhia é ré em 470 processos de natureza cível e 43 processos de natureza trabalhista, considerados pela Procuradoria Jurídica como sendo de perda possível, por consequência não foram registrados contabilmente. Os processos de natureza passiva, classificados como de perda possível, representam o montante de R\$ 176.332, em 31 de dezembro 2021 (R\$ 235.604 em 31 de dezembro de 2020). Os objetos das causas mais relevantes distribuem-se conforme as matérias a seguir:

| Matéria                                     | Nº de processos | Valor          |
|---|-----------------|----------------|
| <b>Passivos contingenciais cíveis</b>       |                 |                |
| Fornecedores e prestadores de serviços      | 12              | 74.266         |
| Patrimônio/Desapropriação                   | 2               | 73.717         |
| Indenização                                 | 103             | 9.771          |
| Cobrança indevida de contas                 | 336             | 13.327         |
| Outros                                      | 17              | 646            |
| <b>Saldo no final do período</b>            | <b>470</b>      | <b>171.727</b> |
| <b>Passivos contingenciais trabalhistas</b> |                 |                |
| Periculosidade                              | 6               | 1.181          |
| Progressão                                  | 7               | 986            |
| Subsidiariedade                             | 7               | 584            |
| Desvio de Função                            | 1               | 261            |
| Férias                                      | 2               | 244            |
| Hora Extra                                  | 2               | 233            |
| Desconto Salarial                           | 5               | 221            |
| Insalubridade                               | 1               | 156            |
| Acúmulo de Função                           | 1               | 104            |
| Adicional                                   | 1               | 70             |
| Outros                                      | 10              | 565            |
| <b>Saldo no final do exercício</b>          | <b>43</b>       | <b>4.605</b>   |
| <b>Passivos contingenciais totais</b>       | <b>513</b>      | <b>176.332</b> |

## 25 Patrimônio líquido

### 25.1 Capital social

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

| Composição                                   | 2021                  |                  |               | 2020                  |                  |               |
|--|-----------------------|------------------|---------------|-----------------------|------------------|---------------|
|  | Número                | R\$              | %             | Número                | R\$              | %             |
| Governo do Distrito Federal (GDF)            | 13.756.723.969        | 1.375.672        | 89,49         | 13.756.723.969        | 1.375.672        | 89,49         |
| Cia. Imobiliária de Brasília - TERRACAP      | 1.610.124.978         | 161.013          | 10,47         | 1.610.124.978         | 161.013          | 10,47         |
| Cia. Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP  | 6.300.205             | 630              | 0,04          | 6.300.205             | 630              | 0,04          |
| Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB) | 657                   | -                | 0,00          | 657                   | -                | 0,00          |
|  | <u>15.373.149.809</u> | <u>1.537.315</u> | <u>100,00</u> | <u>15.373.149.809</u> | <u>1.537.315</u> | <u>100,00</u> |

O capital social, autorizado e realizado, é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

## 25.2 Reserva Legal

A constituição da reserva legal está amparada pelo art. 193 da Lei nº 6.404/76, que corresponde a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Seu objetivo é assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 2021 foi registrado o valor de R\$ 6.655, totalizando R\$ 11.408 registrados.

## 25.3 Reserva de Lucros Para Futuro Aumento de Capital

A Reserva para Futuro Aumento de Capital corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal e da distribuição dos Juros sobre Capital Próprio e Dividendos. Após autorização da Assembleia dos Acionistas os valores são incorporados ao capital social da Companhia, proporcionalmente à participação dos acionistas. Em dezembro de 2021 o saldo registrado é de R\$ 162.565, pendente de autorização para aumento de capital.

## 25.4 Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios à Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial, referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia, decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais apurados, são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, conforme Nota Explicativa nº 24.2.

## 25.5 Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Os valores de adiantamento para futuro aumento de capital são oriundos de repasse de recursos realizados pelos acionistas. Os adiantamentos estão classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível. No exercício de 2021 não houve integralizações e apenas o GDF fez aporte de novos valores, ficando os saldos das contas conforme abaixo:

|                              | <b>TERRACAP</b> | <b>NOVACAP</b> | <b>GDF</b>    | <b>Total</b>  |
|------------------------------|-----------------|----------------|---------------|---------------|
| Saldo no início do exercício | -               | -              | 17.300        | 17.300        |
| Adição                       | -               | -              | 2.212         | 2.212         |
| Integralizações              | -               | -              | -             | -             |
| Saldo no final do exercício  | -               | -              | <b>19.512</b> | <b>19.512</b> |

## 25.6 Remuneração dos Acionistas

Conforme art. 17 do Estatuto Social Consolidado - 2020, cabe à Assembleia Geral deliberar acerca da distribuição de dividendos, estando garantido o mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Dessa forma, os valores foram calculados e estão apresentados abaixo:

|   | <b>2021</b>    | <b>2020</b>   |
|---|----------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício                      | 133.096        | 199.146       |
| (-) Prejuízos exercícios anteriores             | -              | (104.081)     |
| <b>Total</b>                                    | <b>133.096</b> | <b>95.065</b> |
| (-) Reserva legal – 5%                          | (6.655)        | (4.753)       |
| Base de cálculo para os dividendos obrigatórios | 126.441        | 90.312        |
| <b>Dividendos mínimos obrigatórios – 25%</b>    | <b>31.610</b>  | <b>22.578</b> |

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 06 de julho de 2021 foi aprovada a proposta da Administração referente a distribuição dos lucros do exercício de 2020 no valor de R\$ 22.578. O pagamento foi realizado em setembro de 2021 na forma de dividendos obrigatórios, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração, de 26 de março de 2021.

## 26 Receitas Operacionais

|  | 2021             | 2020             |
|--|------------------|------------------|
| <b>Serviço de Abastecimento de água</b>  |                  |                  |
| Receitas faturadas                       | 988.161          | 982.856          |
| Receitas de Serviços não faturadas       | 1.568            | (1.756)          |
| Receitas de contingência (a)             | 23.774           | 58               |
| Consórcio Águas Lindas                   | 28.721           | 26.525           |
| Receitas de Construção (b)               | 58.697           | 100.955          |
|  | <b>1.100.921</b> | <b>1.108.638</b> |
| <b>Serviços de Esgotamento sanitário</b> |                  |                  |
| Receitas faturadas                       | 821.111          | 819.269          |
| Receitas de serviços não faturadas       | 821              | (358)            |
| Consórcio Águas Lindas                   | 8.537            | 7.546            |
| Receitas de construção (b)               | 78.785           | 115.857          |
|  | <b>909.254</b>   | <b>942.314</b>   |
| <b>Receita operacional bruta</b>         | <b>2.010.175</b> | <b>2.050.952</b> |
| COFINS (c)                               | (57.652)         | (56.464)         |
| PASEP (c)                                | (12.492)         | (12.234)         |
| Descontos Incondicionais                 | (164)            | (597)            |
| Concessão dos Serviços (d)               | (76.974)         | (73.287)         |
| <b>Deduções sobre as Receitas</b>        | <b>(147.282)</b> | <b>(142.582)</b> |
| <b>Receita operacional líquida</b>       | <b>1.862.893</b> | <b>1.908.370</b> |

### a. Receitas de Contingência

O mecanismo tarifário de contingência é a aplicação de um percentual adicional sobre a fatura correspondente ao serviço de abastecimento de água de cada unidade, de acordo com os percentuais dispostos no Anexo I da Resolução nº 17/2016 da ADASA, conforme a categoria da unidade usuária e considerando as tarifas vigentes, sendo mantido no resultado apenas o valor vinculado às despesas aprovadas em resolução específica.

### b. Receita e Custos de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de saneamento básico deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade-fim da Companhia é o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto; (II) toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim; e (III) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, o montante das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferido para o resultado, como receitas e custos de construção.

**c. Concessão dos Serviços**

O custo com concessão refere-se à remuneração paga ao poder concedente por meio de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

**27 Custos dos Serviços Prestados**

|  | <b>2021</b>        | <b>2020</b>        |
|--|--------------------|--------------------|
| Custos do serviço de abastecimento de água | (639.425)          | (624.229)          |
| Custos do serviço de esgotamento sanitário | (491.783)          | (474.362)          |
| <b>Total</b>                               | <b>(1.131.208)</b> | <b>(1.098.591)</b> |

**27.1 Custos do serviço de abastecimento de água**

|                                  | <b>2021</b>      | <b>2020</b><br>(Ajustado) |
|----------------------------------|------------------|---------------------------|
| Custos com pessoal               | (292.892)        | (250.650)                 |
| Custos com material              | (33.291)         | (30.380)                  |
| Custos com serviços de terceiros | (225.163)        | (207.999)                 |
| Outros custos gerais             | (1.778)          | (3.968)                   |
| Custos de contingência           | -                | (2.640)                   |
| Depreciação e amortização        | (38.214)         | (33.467)                  |
| Custos de construção (27-b)      | (58.697)         | (100.955)                 |
| Despesas Capitalizáveis          | 10.610           | 5.830                     |
| <b>Total</b>                     | <b>(639.425)</b> | <b>(624.229)</b>          |

**27.2 Custos do serviço de esgotamento sanitário**

|                                  | <b>2021</b>      | <b>2020</b><br>(Ajustado) |
|----------------------------------|------------------|---------------------------|
| Custos com pessoal               | (194.155)        | (163.611)                 |
| Custos com material              | (52.038)         | (46.176)                  |
| Custos com serviços de terceiros | (137.285)        | (127.650)                 |
| Outros custos gerais             | (1.007)          | (648)                     |
| Depreciação e amortização        | (32.200)         | (26.448)                  |
| Custos de construção (27-b)      | (78.785)         | (115.857)                 |
| Despesas Capitalizáveis          | 3.687            | 6.028                     |
| <b>Total</b>                     | <b>(491.783)</b> | <b>(474.362)</b>          |

**28 Despesas comerciais**

|   | <b>2021</b>      | <b>2020</b>      |
|---|------------------|------------------|
| Despesas de pessoal                                 | (91.338)         | (75.447)         |
| Despesas com material                               | (924)            | (630)            |
| Serviços de terceiros                               | (18.417)         | (21.124)         |
| Despesas gerais                                     | 47               | (112)            |
| Depreciação   | (1.847)          | (615)            |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | (84.553)         | (150.738)        |
| <b>Total</b>  | <b>(197.032)</b> | <b>(248.666)</b> |

## 29 Despesas administrativas e gerais

|                             | 2021             | 2020             |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Despesas de pessoal         | (189.739)        | (162.455)        |
| Serviços de terceiros       | (2.871)          | (49.515)         |
| Despesas com material       | (44.471)         | (2.007)          |
| Despesas gerais             | (473)            | (538)            |
| Depreciação                 | (9.769)          | (17.074)         |
| Despesas demandas judiciais | (39.536)         | (55.089)         |
| <b>Total</b>                | <b>(286.859)</b> | <b>(286.678)</b> |

## 30 Despesas tributárias

|                 | 2021            | 2020            |
|-----------------|-----------------|-----------------|
| Impostos        | (6.317)         | (5.161)         |
| Taxas e tarifas | (8.343)         | (8.249)         |
| <b>Total</b>    | <b>(14.660)</b> | <b>(13.410)</b> |

## 31 Outras Receitas/Despesas operacionais

|  | 2021            | 2020          |
|--|-----------------|---------------|
| Reversões de provisões                         | 15.474          | 13.082        |
| Multas, Indenizações e ressarcimentos diversos | 394             | 354           |
| Vendas de bens do ativo imobilizado            | -               | -             |
| Aluguéis e taxas de ocupação                   | 84              | 42            |
| Outras receitas diversas                       | 489             | 419           |
| Recuperação de créditos tributários (a)        | 61.056          | 125.555       |
| Provisões judiciais (b)                        | 9.205           | 36.215        |
| Provisões diversas (c)                         | (144.333)       | (15.787)      |
| Indenizações a terceiros                       | (3.446)         | (916)         |
| Custo na baixa ou alienação de bem             | (103)           | (8)           |
| Despesas com inativos (d)                      | (27.326)        | (76.678)      |
| Outras despesas diversas                       | (10.502)        | (6.709)       |
| <b>Total</b>                                   | <b>(99.008)</b> | <b>75.569</b> |

- a) A elevada variação foi em virtude da conta de PerdComp correspondente à alteração na forma de apuração para regime cumulativo de PIS/COFINS. No exercício de 2020 a companhia efetuou as retificações referentes aos exercícios de 2015 e 2016 e no exercício de 2021 efetuou as retificações referentes ao exercício de 2017.
- b) Variação oriunda da redução das provisões judiciais para processos trabalhistas;
- c) Variação decorrente da redução das provisões de benefícios previdenciários e assistenciais e a inclusão da provisão com o Programa de Desligamento Voluntário – PDV de 2021;
- d) A variação entre os períodos justifica-se pela contabilização das turmas de empregados que aderiram ao PDV – Programa de Desligamento Voluntário. No exercício de 2020 houve duas turmas de desligamento.

## 32 Resultado Financeiro

|  | 2021             | 2020             |
|--|------------------|------------------|
| Rendimento de aplicações financeiras                           | 18.467           | 7.569            |
| Receita de variação monetária e cambial                        | 27.466           | 14.377           |
| Receita de juros de faturamento                                | 63.257           | 54.344           |
| Ajuste a valor presente  | 4.245            | -                |
| Outras receitas financeiras                                    | 18.363           | 49.314           |
| <b>Receitas financeiras</b>                                    | <b>131.798</b>   | <b>125.604</b>   |
| Juros sobre financiamentos                                     | (23.373)         | (28.025)         |
| Juros e variação monetária sobre dívida atuarial               | (25.471)         | (17.056)         |
| Juros e variação monetária sobre parcelamento tributário       | -                | (3)              |
| Juros e variação monetária sobre parcelamento com fornecedores | (7.009)          | (19.619)         |
| Variação monetária e cambial                                   | (56.936)         | (169.534)        |
| Outras despesas financeiras                                    | (12.410)         | (13.546)         |
| <b>Despesas financeiras</b>                                    | <b>(125.199)</b> | <b>(247.783)</b> |
| <b>Resultado financeiro líquido (*)</b>                        | <b>6.599</b>     | <b>(122.179)</b> |

(\*) Variação no resultado financeiro decorrente da redução das despesas financeiras, principalmente variação cambial ativa;

## 33 Transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seus acionistas: Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), Terracap, Companhia de Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP e GDF (controlador), bem como com empresas/entidades relacionadas ao controlador. Essas transações não diferem das transações realizadas com terceiros nem possuem favorecimento. Descrevemos as operações relevantes ocorridas entre partes relacionadas, que não se restringem aos valores descritos no balanço patrimonial:

| Saldos patrimoniais                                       | Referência | 2021          | 2020          |
|---|------------|---------------|---------------|
| Contas a receber - Bruto de clientes (Nota Explicativa 9) | (a)        | 81.631        | 80.349        |
| Clientes – Consórcio Águas Lindas                         | (e)        | 8.229         | 7.224         |
| Valores a receber de pessoal cedido (Nota Explicativa 12) | (b)        | 176           | 2.071         |
| <b>Ativo circulante</b>                                   |            | <b>90.036</b> | <b>89.644</b> |
| Investimentos - Corumbá e Metrô (Nota Explicativa 17)     | (c)        | 25.340        | 23.276        |
| Operação de mútuo - Corumbá Concessões                    | (d)        | -             | 188           |
| Consórcios Corumbá e Águas Lindas                         | (j)        | 12.107        | 58.007        |
| <b>Ativo não circulante</b>                               |            | <b>37.447</b> | <b>81.471</b> |

| <b>Saldos patrimoniais</b>   | <b>Referência</b> | <b>2021</b>    | <b>2020</b>    |
|--|-------------------|----------------|----------------|
| Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa 21)                                   | (f)               | 92.548         | 92.548         |
| Consórcios Corumbá e Águas Lindas  | (j)               | 7.019          | 9.776          |
| Benefício a empregados   | (g)               | 21.921         | 18.641         |
| <b>Passivo circulante</b>  |                   | <b>121.488</b> | <b>120.965</b> |
| <br>Seguro de Vida - CAESO   | (h)               | 2.220          | 738            |
| Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA | (k)               | 1.200          | 1.200          |
| Benefício a empregados   | (g)               | 249.234        | 294.121        |
| <b>Passivo não circulante</b>  |                   | <b>252.754</b> | <b>296.059</b> |
| <br>Adiantamento para aumento de capital (Nota Explicativa 26.5)                     | (i)               | 19.512         | 17.300         |
| <b>Patrimônio líquido</b>  |                   | <b>19.512</b>  | <b>17.300</b>  |

| <b>Resultado</b>  | <b>Referência</b> | <b>2021</b>     | <b>2020</b>     |
|---|-------------------|-----------------|-----------------|
| Despesa de programa de saúde  | (g)               | (35.195)        | (38.528)        |
| Contribuições ao plano de previdência                                     | (g)               | (24.280)        | (21.390)        |
| Resultado e equivalência de coligadas e controladas (Nota Explicativa 17) | (c)               | 2.064           | 3.577           |
| Juros e variação monetária sobre dívida atuarial (Nota Explicativa 25.2)  | (g)               | (25.471)        | (17.056)        |
| Juros e variação monetária sobre parcelamento - Terracap                  |                   | -               | (1.960)         |
| <b>Total</b>  |                   | <b>(82.882)</b> | <b>(75.357)</b> |

- (a) São os faturamentos, relativos a órgãos do GDF, emitidos até dezembro de 2021 e que não foram recebidos até a referida data-base.
- (b) As despesas com funcionários à disposição correspondem à despesa com colaboradores cedidos a outras instituições. Em relação aos valores a receber de pessoal cedido, estes são relativos ao não recebimento atinente à cessão de empregados, cujo ônus da remuneração ficou a cargo dos órgãos cessionários.
- (c) Os montantes referem-se aos investimentos em coligadas que impactam o resultado através do reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial.
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo firmado com a coligada Corumbá Concessões S.A, assinado em 12 de dezembro de 2017, no valor total de R\$ 1.447, com o objetivo de reforço de Caixa da Corumbá Concessões S.A, em conformidade com decisão tomada em reunião do Conselho de Administração e aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária de 9 de novembro de 2017. Em 31 de março de 2020, houve a liquidação antecipada parcial do referido contrato de mútuo, correspondente ao montante de R\$ 423, ficando o saldo, em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 188. O contrato encerrou em 13/05/2021
- (e) São os faturamentos do Consórcio Águas Lindas, emitidos até dezembro de 2021, e que não foram recebidos até a referida data-base.
- (f) Os empréstimos e financiamentos relacionados são os montantes devidos e vencidos à Secretaria de Obras, vinculado ao GDF.
- (g) A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, operados e administrados pela Fundiágua. Sendo assim, as operações realizadas para manutenção desses planos, previdenciários e assistenciais, são consideradas transações entre partes relacionadas.
- (h) Refere-se ao benefício do seguro de vida, administrado pelo Clube CAESO.



- (i) Os valores para futuro aumento de capital foram decorrentes de pagamentos realizados pelo GDF, principalmente em obras de saneamento básico.
- (j) O valor registrado refere-se ao saldo a receber da consorciada Saneago referente ao desequilíbrio nos aportes dos Consórcios Corumbá e Águas Lindas. No tocante ao Consórcio Águas Lindas, o desequilíbrio vem sendo ajustado mensalmente, mediante repasses de recursos na proporção dos aportes realizados. Em relação ao Consórcio Corumbá, no dia 17/12/2021 a consorciada Saneago efetuou o pagamento no valor de R\$ 47,6 milhões para a CAESB referente ao desequilíbrio apurado até 30/09/2021.
- (k) ACT nº 015/ANA/2011 – Acordo de Cooperação Técnica firmado com a ADASA para melhorias no Sistema Produtor de Água de Pipiripau.

### 34 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos diretores, para os períodos de janeiro a dezembro de 2021 e 2020, foram de:

|                          | 2021         | 2020         |
|--------------------------|--------------|--------------|
| Remuneração da Diretoria | 2.200        | 2.136        |
| Remuneração do Conselho  | 712          | 602          |
| <b>Remuneração total</b> | <b>2.912</b> | <b>2.738</b> |

### 35 Seguros

A Companhia possui contrato de seguro com a AXA Seguros S.A. para cobertura de seus principais ativos situados em áreas administrativas: Ed. Sede, Escritórios de atendimento, laboratório e almoxarifado central, localizadas em 17 endereços distintos, cujo prêmio desembolsado corresponde ao montante de R\$ 65.592,52 (sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos), com vigência de 365 dias a contar de 12/06/2021, para cobertura básica, incêndio, queda de raio e explosão e outras coberturas acessórias tais como impacto de veículos, queda de aeronaves, vendaval, furacão, ciclone, tornado, roubo e furto, danos elétricos, dentre outros.

### 36 Negócios em conjunto

#### 36.1 Consórcio Águas Lindas

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram, em conjunto, em 7 de abril de 2003, o Consórcio de Águas Lindas, inscrito no CNPJ 05.966.179/0001-50, com sede na Quadra 45, Conjunto B, Lotes 36 a 38, Salas 01 a 04, município de Águas Lindas de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 31 (trinta e um) anos, renováveis por igual período e está vinculado ao contrato de concessão existente entre o município e as companhias consorciadas.

O consórcio tem por objeto e finalidade específicos traçar as diretrizes principais para a efetivação dos estudos, das análises e das providências para a exploração econômica, mediante implementação de infraestrutura de saneamento, em todas as suas fases e todos os seus processos, incluindo implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no Município de Águas Lindas de Goiás/GO.

O Contrato de Constituição do Consórcio estabelece a proporção de 50% (cinquenta por cento) de participação para cada consorciada e designa a Saneago como líder, por ser a empresa mais antiga e pela localização territorial do Município de Águas Lindas de Goiás, logo os ativos vinculados ao Consórcio são amortizados com as mesmas taxas utilizadas na Saneago.

O controle financeiro do Consórcio (contas bancárias e contas a receber) é realizado pela Diretoria de Gestão Corporativa da consorciada Saneago, sendo a Gestão do Consórcio compartilhada pelas consorciadas através de um conselho deliberativo paritário. As despesas e os investimentos são realizados pelas consorciadas e apresentados em encontro de contas mensais, onde uma consorciada aprova o encontro de contas apresentado pela outra.

O Consórcio obedece ao estabelecido pela Lei nº 6.404/76 e, conforme enunciado, no parágrafo 1º do art. 278, as partes obrigam-se apenas às condições previstas no contrato, respondendo cada uma por suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2021, foi efetivado o processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Águas Lindas, e os valores referentes aos ativos, passivos e contas de resultado foram registrados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com uma obrigação com a Saneago de R\$ 4.318.

#### **Equalização do fundo de participação:**

|                        | <b>Consórcio<br/>31/12/2021</b> | <b>50% de<br/>Participação<br/>31/12/2021</b> | <b>Investimento<br/>CAESB<br/>31/12/2021</b> | <b>Valor a<br/>pagar/receber<br/>da Saneago</b> |
|------------------------|---------------------------------|---|--|---|
| Ativo circulante       | 19.982                          | 9.991   | 8.924  | 1.067   |
| Ativo não circulante   | 179.466                         | 89.733  | 90.800                                       | (1.067)   |
| Passivo circulante     | 15.538                          | 7.769   | 7.769  | -   |
| Passivo não circulante | 41                              | 20  | 20   | -   |
| Patrimônio Líquido     | 183.869                         | 91.935  | 80.754                                       | 11.181  |
| Receita                | 72.390                          | 36.195  | 42.769                                       | (6.574)   |
| Despesa                | (50.025)                        | (25.012)                                      | (31.588)                                     | 6.576   |

#### **Consolidação do exercício:**

|                        | <b>2021</b> | <b>2020</b> |
|------------------------|-------------|-------------|
| Ativo circulante       | 9.991       | 7.945       |
| Ativo não circulante   | 89.733      | 91.197      |
| Passivo circulante     | 7.769       | 9.663       |
| Passivo não circulante | 20          | 185         |
| Patrimônio Líquido     | 91.935      | 77.740      |
| Receita                | 36.195      | 34.447      |
| Despesa                | (25.012)    | (22.893)    |

## **36.2 Consórcio Corumbá**

A CAESB e a Companhia de Saneamento de Goiás - Saneago constituíram em 17 de setembro de 2009 o Consórcio Corumbá, inscrito no CNPJ 18.801.675/0001-03, com sede na Rua Recife, Quadra 184 Lote Área Especial, Parque Marajó, município de Valparaíso de Goiás. O prazo de duração do Consórcio é de 30 (trinta) anos, renováveis por igual período.

O Consórcio Corumbá tem por objeto exclusivo a implantação, operação e manutenção conjunta do empreendimento denominado Sistema Produtor de Água Corumbá, localizado nos municípios de Luziânia e de Valparaíso de Goiás. Em razão de sua natureza contratual e objetivos específicos de sua constituição, o Consórcio não poderá, diretamente, fornecer água tratada ou prestar quaisquer outros serviços em seu campo de atuação para terceiros, e todas as suas operações ficarão vinculadas às partes consorciadas.

Conforme cláusula do contrato de constituição, a totalidade da produção do negócio será destinada ao fornecimento às partes. Isto indica que as partes têm direitos sobre substancialmente a totalidade dos benefícios econômicos dos ativos do negócio.

No dia 17/12/2021 a consorciada Saneago efetuou o pagamento no valor de R\$ 47,6 milhões para a consorciada CAESB referente ao desequilíbrio apurado até 30/09/2021.

Em 31 de dezembro de 2021, foi efetivado novo processo de conciliação das contas da CAESB com o Consórcio Corumbá, e os valores foram ajustados a partir da consolidação proporcional. Após a consolidação, a Companhia ficou com um direito a receber da Saneago de R\$ 2,25 milhões.

Os valores registrados, referentes às informações do Consórcio Corumbá, estão a seguir demonstrados:

### **Consolidação do exercício:**

|                      | <b>2021</b> | <b>2020</b> |
|----------------------|-------------|-------------|
| Ativo Circulante     | 33          | -           |
| Ativo não Circulante | 219.382     | 214.436     |
| Passivo Circulante   | 955         | 707         |
| Patrimônio Líquido   | 220.635     | 213.729     |
| Receita              | -           | -           |
| Despesa              | (2.175)     | -           |

## **37 Eventos subsequentes**

### **37.1 Programa de Negociação de débitos – Pessoa Jurídica**

No dia 26 de Janeiro de 2022, a Diretoria Colegiada da Companhia, através da Resolução 08/2022, autorizou a prorrogação do prazo de vigência do Programa de Negociação de Débitos – PND 2022, voltado para pessoas jurídicas, excetuadas as enquadradas na categoria pública, até 31 de março de 2022, mantendo-se as condições previstas no Regulamento anteriormente aprovado.

### **37.2 Proposta de Grupamento de Ações**

Conforme deliberação da 118ª – AGE da Caesb, em reunião realizada no dia 09 de fevereiro de 2022, foi aprovada a Proposta de Grupamento de Ações apresentada pela Companhia, anteriormente já aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. A proposta aprovada refere-se ao grupamento das Ações Ordinárias Nominativas da Companhia, na proporção de 20 (vinte) para 01 (uma) ação – fator de grupamento de 20 (vinte), com a consequente redução do número de ações que atualmente compõem o Capital Social. Com essa aprovação, o número de ações reduziu de 15.373.149.809 (quinze bilhões, trezentos e setenta e três milhões, cento e quarenta e nove mil e oitocentos e nove), conforme Estatuto Social, para 768.657.490 (setecentos e sessenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos e noventa), sem alteração do valor do Capital Social.

### **37.3 Adequação do Estatuto Social - Alterações**

Conforme deliberação da 118ª – AGE da Caesb, em reunião realizada no dia 09 de fevereiro de 2022, foi aprovada a adequação do Estatuto Social da Companhia. Em resumo, no artigo 37 – caput foi alterado/adequado o número de diretorias, tendo em vista a aprovação pela Administração da Caesb da transformação da Procuradoria Jurídica em uma nova Diretoria; nos artigos 44, 47 e 49 foram feitas alterações das competências do Presidente, do Diretor Financeiro e Comercial e do Diretor de Regulação e Meio Ambiente; no artigo 50 foi incluído as atribuições da nova Diretoria Jurídica e renumeração dos artigos subsequentes; bem como alteração do novo artigo 63, parágrafo primeiro – liderança da área de Conformidade e Gerenciamento de Riscos por Diretor.

### **37.4 Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (GDF x BID) intermediado pelo GDF por meio do Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF (GDF x CAESB)**

O Contrato nº 001/2001-SO/SEFP/DF determina à CAESB, quando do ressarcimento ao Distrito Federal de suas parcelas de responsabilidade do serviço da dívida do Contrato de Empréstimo nº 1288/OC-BR (incluindo principal, juros e outros encargos), identificar os valores de seus créditos relativos a contas de água e esgoto de Órgãos da Administração Direta e Fundacional do Distrito Federal, para efeitos de compensação, não podendo ficar a descoberto saldo a ser ressarcido.

Dessa forma, em razão da não realização de compensação de valor entre o GDF e a CAESB no exercício de 2021, e ainda visando a equalização dos valores da dívida, no dia 09 de fevereiro de 2022 a Diretoria Colegiada da CAESB autorizou o pagamento ao GDF de 03 parcelas em atraso no valor total da ordem de R\$ 29,3 milhões.

\* \* \*

Pedro Cardoso de Santana Filho  
Presidente  
CPF: 364.198.341-04

Sérgio Antunes Lemos  
Diretor Financeiro e Comercial  
CPF: 365.608.126-34

Virgílio de Melo Peres  
Diretor de Engenharia  
CPF: 099.024.491-15

Carlos Eduardo Borges Pereira  
Diretor de Operação e Manutenção  
CPF: 287.149.621-87

Roberta Alves Zanatta  
Diretor de Suporte ao Negócio  
CPF: 977.532.039-91

Haroldo Toti  
Diretor de Regulação  
CPF: 182.120.346-15

José Carlos Gonzaga  
Superintendente de contabilidade  
Contador CRC/DF 14.593 CPF: 386.015.911-91